



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
16ª Superintendência Regional/CE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Fortaleza, 2014



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
16ª Superintendência Regional/CE



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70, da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria-TCU nº 175/2013.

Fortaleza, 2014

CONTEÚDO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	6
Equipe Administrativa da 16ª SRPRF/CE:	8
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	53
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	53
Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	53
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	54
1.3 Organograma Funcional	60
1.3.1 Circunscrição da Regional	66
1.4 Macroprocessos Finalísticos	69
1.5 Macroprocessos de Apoio	74
1.6 Principais Parceiros	77
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	84
2.1 Planejamento da unidade	84
2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	87
2.3. Informações sobre outros resultados da gestão:	88
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	92
3.1. Estrutura de Governança	92
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	93
3.3 Remuneração Paga a Administradores	96
3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal 96	
3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	96
3.3.3 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores	96
3.4 Sistema de Correição	97
3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	101
3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	101
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	102
4.1 Execução das despesas	102
4.1.1 Programação Orçamentária da Despesa	103
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	103
4.1.3 Realização da Despesa	103
Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação	104
4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	107
4.2.1 Análise Crítica	107
4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	108
Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	108
4.3.1 Análise Crítica	109
4.4 Transferências de Recursos	110
4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	110
4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	110
4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	110
4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	110
4.4.5 Análise Crítica	110
4.5 Suprimento de Fundos	110
4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	110
4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	110
4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	110
4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	110

4.5.5	Análise Crítica	110
4.6	Renúncias sob a Gestão da UJ	110
4.6.1	Benefícios Financeiros e Creditícios	110
4.6.2	Renúncias Tributárias	111
4.7	Gestão de precatórios	112
4.7.1	Requisições e Precatórios da Administração Direta	112
5.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	74
5.1	Estrutura de pessoal da unidade	74
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	74
Quadro A.5.1.1.1	– Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	74
Quadro A.5.1.1.2	– Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	75
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	76
Quadro A.5.1.2.1	– Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	76
Quadro A.5.1.2.2	– Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	77
Situação apurada em 31/12		77
Quadro A.5.1.2.3	– Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12	77
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	78
Quadro A.5.1.3	- Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	78
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	79
Quadro A.5.1.4.1	- Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	79
Quadro A.5.1.4.2	- Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	80
5.1.5	Cadastramento no Sisac	80
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	81
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	81
5.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	81
	No que tange aos indicadores gerenciais sobre recursos humanos, cabe dizer que foi regulamentado, por meio da Instrução Normativa nº 40, de 21 de março de 2014, os critérios de distribuição dos cargos da carreira de Policial Rodoviário Federal nas unidades da PRF.	81
	Informa-se, por oportuno, que há propostas para serem desenvolvidos outros indicadores, tendo sido designados servidores para o estudo e aprovação de propostas, as quais estão em sintonia com o Plano Diretor e com o Planejamento Estratégico deste Órgão.....	81
	Espera-se que, até o final do presente exercício, os mencionados indicadores gerenciais sobre recursos humanos já tenham sido devidamente implementados, de modo que no próximo relatório de gestão possamos explicitá-los.	81
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	81
5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	81
Quadro A.5.2.1	– Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	82
5.2.2	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	82
5.2.3	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	82
Quadro A.5.2.3	- Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	82
5.2.4	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão 84	
Quadro A.5.2.4	- Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	84
5.2.5	Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4	85
5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários	86
6.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	86
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	86
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	88
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	88
Quadro A.6.2.1	– Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	89
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional	90

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	90
6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	91
6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	91
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	91
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	91
Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	92
7.1.1 Análise Crítica.....	93
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	93
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	93
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	93
8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	95
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	96
8.3 Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água.....	96
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	97
9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	97
9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	97
9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	97
9.2 Tratamento de Recomendações do OCI.....	97
9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	98
9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	99
Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	99
9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	100
9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	102
9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	102
Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	102
9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações.....	103
9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	86
Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013.....	86
9.6 Alimentação SIASG E SICONV.....	87
Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	87
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	88
10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.....	88
10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.....	88
10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.....	89
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	89
11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	89
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	91
11.2.2 Declaração com Ressalva.....	91
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	92

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

16a SRPRF/CE	16a Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Ceará
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ADI	Avaliação de Desempenho Individual
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APH	Atendimento Pré-Hospitalar
CGO	Coordenação-Geral de Operações
CGPLAM	Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização
CGRH	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGU	Controladoria-Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
COEN	Coordenação de Ensino
CRET	Comissão Regional de Educação para o Trânsito
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CRLV	Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
CSR	Comando de Saúde Rodoviário
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN/CE	Departamento Trânsito do Estado do Ceará
DG	Direção-Geral
DISAS	Divisão de Saúde e Assistência Social
DITRAN	Divisão de Trânsito – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
DN	Decisão Normativa
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IN	Instrução Normativa
IS	Instrução de Serviço
ISDN	<i>Integrated Services Digital Network</i> (Rede Digital de Serviços Integrados)
INFOSEG	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública
LOA	Lei Orçamentária Anual
MJ	Ministério da Justiça
MPO	Manual de Procedimentos Operacionais
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NUAD	Núcleo de Execução Administrativa
OS	Ordem de Serviço
PF	Pessoas Fiscalizadas
PI	Plano Interno
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PPA	Plano Plurianual
PR	Procuradoria da República
PNSP	Programa Nacional de Segurança Pública
PRF	Policial Rodoviário Federal
RFB	Receita Federal do Brasil

RG	Relatório de Gestão
SAD	Sindicância Administrativa Disciplinar
SAF	Seção Administrativa e Financeira
SAI	Sindicância Administrativa Investigativa
SEST	Serviço Social do Transporte
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
SIGER	Sistema de Informações Gerenciais
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SRP	Sistema de Registro de Preços
TCU	Tribunal de Contas da União
TA	Testes de Alcoolemia
UCC	Unidade Centralizadora de Compra
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
UOP	Unidade Operacional
VF	Veículos Fiscalizados

EQUIPE ADMINISTRATIVA DA 16ª SRPRF/CE:

Superintendente

MARCO ANTONIO MAIA

Núcleo de Apoio Técnico

GLÁUDIO MOURA JÚNIOR

Núcleo de Inteligência

VICTOR DE OLIVEIRA RIBEIRO

Núcleo de Comunicação Social

FRANCISCA NEURISMENE DE OLIVEIRA PINHEIRO

Seção de Policiamento e Fiscalização

CARLOS ROGERIO DE OLIVEIRA COSTA

Corregedoria Regional

ANTONIO DANILO LIMA LOURENÇO

Seção Administrativa e Financeira

MARCIUS BARBOSA LIMA

Seção de Recursos Humanos

MARCELO BARBOSA GUIMARÃES

Núcleo de Operações Especiais

SIDNEY MARCOS DE MOURA MEIRA

Núcleo de Multas e Penalidades

FRANCISCO DENILSON NASCIMENTO DE CASTRO

Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária

PEDRO MATIAS ALVES FILHO

Núcleo de Assuntos Internos

CRISTIANE DA SILVA RIBEIRO

Núcleo de Orçamento e Finanças

JOSÉ MARIA DE MELO JÚNIOR

Núcleo de Patrimônio e Material

PAULO HENRIQUE PONTES MARTINS

Núcleo de Serviços Gerais

VINÍCIUS BASTOS SALVADOR

Núcleo de Documentação

FRANCISCO ARAÚJO PESSOA

Núcleo de Telemática

PAULO CÉSAR FERNANDES CARVALHO

Núcleo de Administração de Pessoal

LAURO LUIZ DA ROCHA NETO

Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal

FRANCISACA TAÍS MENEZES DE AGUIAR SOUSA

Missão Institucional

Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação	
Poder: Executivo/ Função essencial à Justiça	
Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ	Código SIORG: 00704
Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa: Décima Sexta Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal	
Denominação Abreviada: 16ª SRPRF/CE	
Código SIORG: 02822	Código LOA: não se aplica
Código SIAFI: 200112	
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta do Poder Executivo	CNPJ: 00.394.494/0104-41
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública	Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(085)3474-6700
Endereço Eletrônico: sup.ce@prf.gov.br ; gab.ce@prf.gov.br	
Página na Internet: http://www.prf.gov.br	
Endereço Postal: Rodovia Santos Dumont (BR 116), km 06, Cajazeiras, CEP 60.864-190, Fortaleza/Ceará	
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada	
Constituição da República Federativa do Brasil, de 08 de outubro de 1988. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro. Decreto Presidencial nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no Diário Oficial da União de 04 de outubro de 1995	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
Decreto nº 6.061/2007 e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça; Portaria Ministério da Justiça nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial de União de 06 de agosto de 2007. Lei 9.654, de 02 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 1998, Lei 11.358/2006 e Lei 11.784/2008.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
200112	16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
0001	Gestão Tesouro
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200112	0001

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Polícia Rodoviária Federal - PRF tem como missão precípua promover a segurança viária nas rodovias e estradas federais sob sua circunscrição. Naturalmente, o trabalho desenvolvido no leito viário impacta todo o espectro de segurança pública, tarefa típica do Estado. Portanto, pode-se dizer que os beneficiários dos serviços da PRF são os usuários dessas vias, bem como a população a ela lindeira e, em última análise, a sociedade de modo geral.

A segurança viária compreende a prevenção da ocorrência de acidentes de trânsito e, também, o enfrentamento aos ilícitos que se valem dessas vias para sua locomoção ou movimentação. Nesta região onde é intenso o turismo, principalmente o religioso, com a utilização dos veículos típicos chamados “paus de arara”, a fiscalização contra a dignidade da pessoa humana ganha contornos mais fortes.

As competências da PRF têm seus principais marcos legais na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), no Decreto 1.655/95 e no Regimento Interno, aprovado pela Portaria 1.375/2007 do Senhor Ministro da Justiça, o qual será apresentado no próximo campo – organograma funcional.

Com o advento da Constituição de 1988, a Polícia Rodoviária Federal foi integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, como aduz o Capítulo III, Item II, Art. 144, caput, inciso II, §2º.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

II - polícia rodoviária federal

...

2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

Sob essa nova ótica, a Polícia Rodoviária Federal passou a ter, também, como missão, parte das responsabilidades do Poder Executivo Federal, para com a segurança pública, além das atribuições normais de prestar segurança aos usuários das vias federais, socorrer as vítimas de acidentes de trânsito, zelar pela proteção do patrimônio da União, entre outras.

No âmbito infraconstitucional, destaca-se a inserção da PRF no artigo 20 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro – CTB, definindo-a como órgão componente do sistema nacional de trânsito e dando as seguintes competências:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

- II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;*
- III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;*
- IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;*
- V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;*
- VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;*
- VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;*
- VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;*
- IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;*
- X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;*
- XI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.*

O Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no DOU de 04 de outubro de 1995, por sua vez, define, amiúde, as competências institucionais da PRF, em particular nos aspectos ligados ao enfrentamento à criminalidade:

- I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;*

II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na [Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

A Lei 9.654, de 2 de junho de 1.998, alterada pela Leis 11.358/2006, 11.784/2008 e 12.775/2012, estabelece as competências funcionais do Policial Rodoviário Federal.

Art. 2º-A. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Carreira de que trata esta Lei, composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, de nível superior, passa a ser estruturada nas seguintes classes: Terceira, Segunda, Primeira e Especial, na forma do Anexo I-A, observada a correlação disposta no Anexo II-A.

§ 1º As atribuições gerais das classes do cargo de Policial Rodoviário Federal são as seguintes:

I - Classe Especial: atividades de natureza policial e administrativa, envolvendo direção, planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação administrativa e operacional, coordenação e direção das atividades

de corregedoria, inteligência e ensino, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações e corporações policiais, em âmbito nacional e internacional, além das atribuições da Primeira Classe;

II - Primeira Classe: atividades de natureza policial, envolvendo planejamento, coordenação, capacitação, controle e execução administrativa e operacional, bem como articulação e intercâmbio com outras organizações policiais, em âmbito nacional, além das atribuições da Segunda Classe;

III - Segunda Classe: atividades de natureza policial envolvendo a execução e controle administrativo e operacional das atividades inerentes ao cargo, além das atribuições da Terceira Classe; e

IV - Terceira Classe: atividades de natureza policial envolvendo a fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas com a área operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

§ 2º - As atribuições específicas de cada uma das classes referidas no § 1º serão estabelecidas em ato dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Justiça

Existem outros diplomas legais que acometem atribuições à PRF. Entretanto, as normas citadas são as que mais traduzem as competências e finalidade da Instituição.

A PRF, historicamente, se dedicou por longas décadas ao policiamento de trânsito. Em sua ação cotidiana pouco se envolvia com operações e ações de combate e enfrentamento a criminalidade. Entretanto, com o passar dos anos e com o aumento da violência, a estrada, antes palco para o escoamento de riquezas e para o exercício do direito constitucional à livre locomoção, passou a servir, também, de suporte logístico para a circulação de criminosos e movimentação de produtos ilícitos.

Esse fato trouxe para o seio da PRF uma nova preocupação, qual seja: preparar-se para o enfrentamento a esses ilícitos, sem descuidar, no entanto, de sua missão histórica de zelar pela segurança e fluidez do trânsito.

O elemento norteador dessas ações, iniciativas, empreendimentos, indicadores e metas é o planejamento estratégico, o qual ainda está em processo de finalização, mas seu mapa já permite o correto posicionamento dos gestores quanto ao emprego dos recursos públicos de forma ordenada e com alvo definido. Eis o mapa.



MAPA ESTRATÉGICO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL 2012-2020

MISSÃO DA PRF

Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União.

VISÃO DE FUTURO DA PRF

Ser a polícia ostensiva federal, reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e na indução de políticas públicas de segurança e cidadania.

RESULTADOS INSTITUCIONAIS

Reduzir acidentes, lesões e mortes nas rodovias federais

Assegurar a livre circulação nas rodovias federais

Contribuir para a redução da criminalidade e da violência no país

Aumentar a percepção de segurança dos usuários das rodovias federais

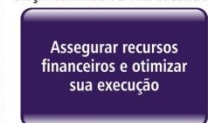
PROCESSOS



PESSOAS E INFRAESTRUTURA



ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



Desenvolvido por

O Mapa Estratégico da PRF dialoga perfeitamente com os programas de governo. Todas as ações da PRF estão voltadas para o cumprimento do plano estratégico de governo definidos no Plano Plurianual - PPA, desta feita, o PPA 2012-2015. Portanto, o Planejamento Estratégico da PRF, que tem uma cobertura temporal maior que o PPA, a este se submete quando do estabelecimento de Indicadores e Metas a serem cumpridas pela Instituição.

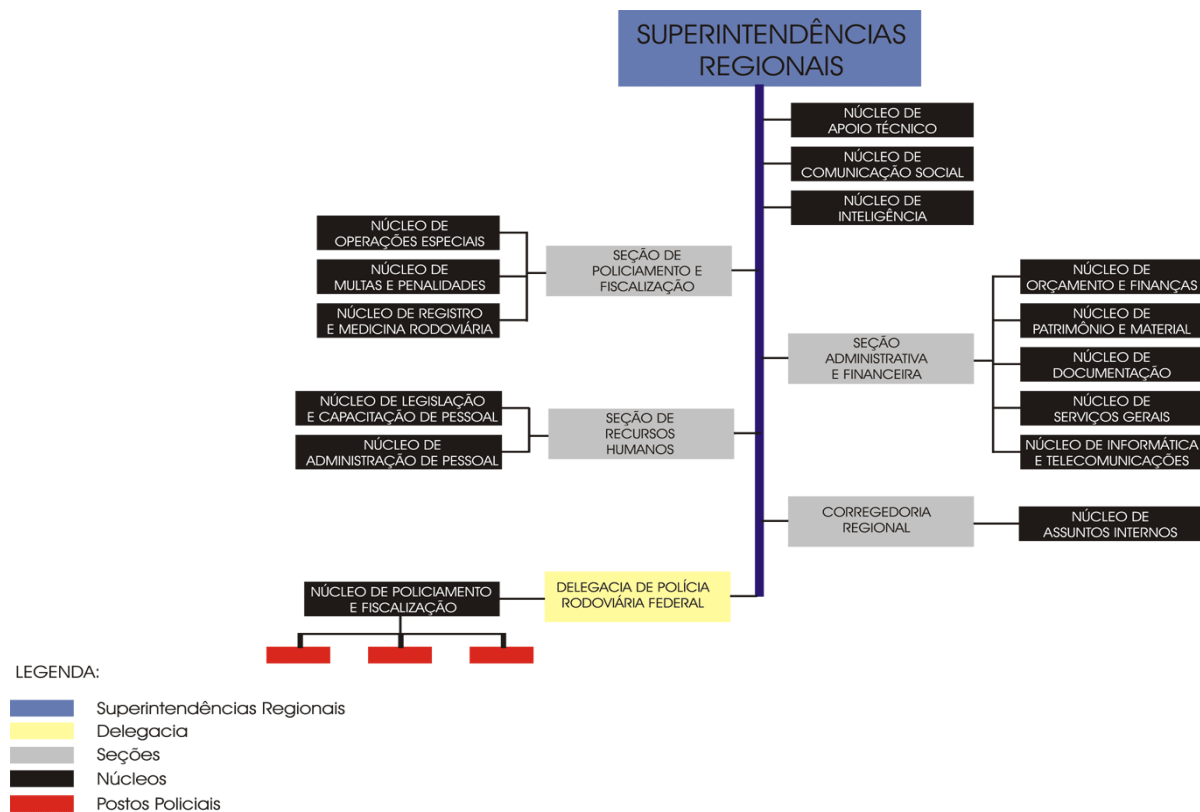
A PRF contribui, principalmente, para o cumprimento do Programa Temático de Governo 2070 – Segurança Pública com Cidadania, Programa este vinculado ao Ministério da Justiça. O quadro abaixo demonstra os Objetivos de Governo aos quais as ações da PRF se vinculam expressamente. Como o Programa é Temático e transversal a muitos outros órgãos, nem todas as metas são afetas exclusivamente à PRF.

OBJETIVOS DE GOVERNO	METAS PRF PPA 2012-2015 – PROGRAM 2070
<p>0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.</p>	<p>Ampliar de 10,4 milhões para 24 milhões os procedimentos de fiscalização de pessoas; Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteira; Implantar 350 unidades de PNRs nas fronteiras; Implantar 21 UNEFRONs da PRF.; Implantar 66 pontos de monitoramento OCR – Sistema Alerta Brasil; Implantar Sistema de tratamento de dados de Inteligência Policial do DPRF nas fronteiras; Realizar 08 Operações Especiais Integradas nas regiões de fronteiras.</p>
<p>0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.</p>	<p>Implantar 166 pontos de monitoramento – OCR – Sistema Alerta Brasil; Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da PRF, identificando perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores; Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União; Realizar ações de capacitação dos servidores da PRF, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 h/a de capacitação anual; Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento – PRF.</p>
<p>0832 - Implantar o Plano Nacional de Segurança em Grandes Eventos., dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.</p>	<p>Instalar doze Centros de Comando e Controle Locais nos Estádios – Cidades Sedes CM 2014; Doze CCCI regionais nos Estados sede da CM 2014; Quinze CCCI em outros Estados; Um CCC Nacional; Cinquenta e um CCC Móveis destinados</p>

	às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções; Capacitar 5 mil PRFs em ações específicas voltadas para grandes eventos.
0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.	Alcançar com ações de Ed Trans 1 milhão de pessoas até 2015; Ampliar a parceria com o MS – SAMU Rodoviário; Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais; Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia; Implantar o Centro de Segurança Viária; Implantar CCCs em todas as SRs (monitorar, despachar, controlar as ações operacionais); Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias.

1.3 Organograma Funcional

O Regimento Interno da PRF, aprovado pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, especifica as atribuições de cada uma dessas estruturas. Transcrevemos abaixo, as principais competências regimentais relativas à unidade do tipo superintendência. A figura abaixo sintetiza essa estrutura e logo abaixo, as atribuições de cada um deles.



*Art. 75. Às **Superintendências Regionais** de Polícia Rodoviária Federal, nos âmbitos das respectivas circunscrições, compete:*

I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

II - conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;

III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;

IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;

V - conceder remoção, ex officio, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;

VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;

VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;

VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;

IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;

X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e

XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 76. Ao Núcleo de Apoio Técnico compete:

I - promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;

...

Art. 77. Ao Núcleo de Comunicação Social compete:

I - orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;

...

Art. 78. Ao Núcleo de Inteligência compete:

I - seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;

...

Art. 79. À Seção de Policiamento e Fiscalização compete:

I - programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;

...

Art. 80. Ao Núcleo de Operações Especiais compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;

...

Art. 81. Ao Núcleo de Multas e Penalidades compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;

...

Art. 82. Ao Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam: a) atendimento pré-hospitalar e resgate b) transporte inter-hospitalar; c) transporte de órgãos; d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional; e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos; f) comandos de saúde preventivos para o trânsito; g) atividades de medicina do tráfego; h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito; i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.

...

Art. 83. À Seção Administrativa e Financeira compete:

I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;

...

Art. 84. Ao Núcleo de Orçamento e Finanças compete:

I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;

...

Art. 85. Ao Núcleo de Patrimônio e Material compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;

...

Art. 86. Ao Núcleo de Documentação compete:

I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;

...

Art. 87. Ao Núcleo de Serviços Gerais compete:

I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;

...

Art. 88. Ao Núcleo de Telemática compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;

...

Art. 89. À Seção de Recursos Humanos compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e

...

Art. 90. Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;

...

Art. 91. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:

I - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;

...

XVIII - planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde: a) acompanhamento da concessão de plano de saúde; b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho; c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável - PROSSERV; d) apoio de saúde institucional; e) higiene e saúde no trabalho; f) perícias de saúde; g) doenças do trabalho; h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis; i)

atividades de medicina do trabalho; j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores; l) Junta médica nacional; m) juntas médicas regionais; n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos; o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas; p) auxiliar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde; q) proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde; r) representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no inciso XXV. XIX - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Art. 92. À Corregedoria Regional compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

...

Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:

I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;

...

Art. 94. Às Delegacias de Polícia Rodoviária Federal compete:

I - executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;

...

Art. 95. Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia

Esta Regional é composta, além da estrutura padrão na Sede, de cinco Delegacias. As atribuições de cada área, conforme excerto do Regimento Interno apresentado, deixa bastante claro a que macroprocesso ela se vincula, seja ele finalístico ou de apoio. Após a apresentação de cada

delegacia, apresentaremos, nos itens seguintes destinados aos Macroprocessos, a vinculação destes com os Objetivos de Governo estabelecidos no Programa Temático 2070.

1.3.1 Circunscrição da Regional

A seguir destacamos a abrangência territorial da Unidade Regional, situada no estado do Ceará, cuja malha viária é composta das seguintes rodovias federais: BR-020, BR-116, BR-222 e BR-304, perfazendo um total de 1.790 km e informamos a relação de delegacias e unidades operacionais da 16ª SRPRF/CE com respectiva circunscrição:

Central de Informações Operacionais - CIOP

Endereço: BR-116, km 06, Cajazeiras, Fortaleza/CE

Telefones: (85) 3474.6737 / 9149.1008 / 191

E-mail: ciop.ce@prf.gov.br

1ª Delegacia – Caucaia

Endereço: BR-020, km 40, Campo Grande, Caucaia/CE

Circunscrição: BR-116 do km 0 ao 50; BR-020 do km 405 ao 391 (Tucunduba); BR-222 do km 0 ao 122 (Itapagé).

Telefones: (85) 3474.6771 / 3474.6772

E-mail: del01.ce@prf.gov.br

Unidade Operacional de Caucaia

Endereço: BR-222, km 12, Campo Grande, Caucaia/CE

Telefone: (85) 3474.6773

Circunscrição: BR-020 (contorno rodoviário); BR-222 km 0 ao 40

Unidade Operacional de Itaitinga

Endereço: BR-116, km 14, Itaitinga/CE

Circunscrição: BR-116 km 0 ao 50 (Horizonte)

Telefone: (85) 3474.6774

Unidade Operacional de Croatá

Endereço : BR-222, km 60, Croatá/CE

Circunscrição: BR-222 km 40 ao 122 (Itapagé)
Telefone: (85) 3474.6775

2ª Delegacia - Canindé

Endereço: BR-020, km 304, Palestina, Canindé/CE
Telefones: (85) 3474.6776 / 3474.6777
Circunscrição: BR-020 do km 391 (Tucunduba) ao 0 (Divisa CE/PI)

Unidade Operacional de Canindé

Endereço: BR-020, km 310, Canindé/CE
Telefones: (85) 3474.6778
Circunscrição: BR-020 do km 391 (Tucunduba) ao 255 (Itatira)

Unidade Operacional de Boa Viagem

Endereço : BR 020, km 208, Boa Viagem/CE
Telefones: (85) 3474.6779
Circunscrição: BR-020 do km 255 até km 00 (divisa CE/PI)

3ª Delegacia - Russas

Endereço: Rua Gov. Raul Barbosa, 502, Planalto da Bela Vista, Russas/CE
Telefone: (88) 3411.2570
Circunscrição: BR 116 do km 050 até km 250 (Sombrio); BR 304 do km 000 até km 099 (divisa CE/RN)

Unidade Operacional de Chorozinho

Endereço: BR-116, km 070, Triângulo de Chorozinho, Chorozinho
Telefone: (85) 3474.6784
Circunscrição: BR-116 do km 050 até km 112

Unidade Operacional de Aracati

Endereço: BR-304, km 053, Aracati/CE
Telefone: (88) 3421-1090
Circunscrição: BR-304 do km 00 até km 99 (divisa CE/RN)

Unidade Operacional de Russas

Endereço: BR-116, km 158, Russas/CE

Telefone: (88) 3411-0290

Circunscrição: BR-116 do km 112 até km 250 (Sombrio)

4ª Delegacia – Sobral

Endereço: Av. Fernandes Távora, s/n, Sinhá Sabóia, Sobral/CE

Telefone: (88) 3614.3133 / 3614.3044

Circunscrição: BR-222, km 122 até km 347 (divisa CE/PI)

Unidade Operacional de Irauçuba

Endereço: BR 222, km 153, Irauçuba/CE

Telefone: (88) 3635.1195

Circunscrição: BR-222, km 122 até km 197

Unidade Operacional de Sobral

Endereço: BR 222, km 224, Sobral/CE

Telefone: (88) 3614.3310

Circunscrição: BR-222, km 197 até km 280

Unidade Operacional de Tianguá

Endereço: BR 222, km, 314, Tianguá

Telefone: (88) 3671.1611

Circunscrição: BR-222, km 280 até km 347 (divisa CE/PI)

5ª Delegacia – Icó

Endereço: Rua Ilídio Sampaio, 2036, centro, Icó/CE

Telefone: (88) 3561.1279 / 3561.1311

Circunscrição: BR-116, km 250 até km 554 divisa CE/PE)

Unidade Operacional de Jaguaribe

Endereço: BR 116, km 296, Pitombeira, Jaguaribe/CE

Telefone: (88) 3522.1775

Circunscrição: BR-116, km 254 até km 336

Unidade Operacional de Icó

Endereço: BR-116, km 368, Icó/CE

Telefone: (88) 3561.1829

Circunscrição: BR-116 do km 336 até km 421

Unidade Operacional de Milagres

Endereço: BR-116, km 487, Milagres/CE

Telefone: (88) 3553.1400

Circunscrição: BR-116, km 421 até km 554

1.4 Macroprocessos Finalísticos

O quadro abaixo apresenta os dez principais macroprocessos finalísticos da Instituição. Todos eles estão vinculados aos Objetivos de Governo (OG) contidos no Programa Temático Segurança Pública com Cidadania (2070).

Naturalmente, dada a transversalidade dos Programas Temáticos, esses macroprocessos, por vezes, dialogam com outros programas governamentais. Entretanto, para efeito didático só registraremos os OGs do Programa Temático 2070. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, como foi sua condução por esta UJ.

No item 2, deste relatório, será tratado amiúde a estratégia de atuação. Portanto as informações no campo do quadro a seguir a sucinta e apenas traz linhas gerais.

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS (continuação)	
Macroprocesso 1	ATENDIMENTO AO CIDADÃO
Cliente	Usuários da rodovia, vítimas envolvidas em acidentes, condutores alvo de fiscalização.
Necessidades Do cliente	Levantamento circunstanciado do acidente, segurança no local de sinistro, resgate de vítimas e apoio ao atendimento pré-hospitalar de urgência, informações para familiares/próximos, auxílio ao usuário da rodovia em situações diversa, análise de defesa da autuação ou recurso de multa, fornecimento de cópia de BAT (Boletim de Acidente de Trânsito), acesso a central de emergência, informações sobre condições da estrada, saúde nas estradas.
Produtos/ Serviços	Sinalização, orientação e segurança do trânsito no local do acidente, serviços de primeiros socorros e remoção, informação sobre ocorrência às pessoas indicadas pelo condutor/vítima, Guarda e remoção de bens (veículo, carga, entre outros), Expedição de BAT, informações

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS (continuação)	
	estatísticas sobre trafegabilidade e acidentes em rodovias federais, análise de defesas e recursos, comandos de saúde nas rodovias.
Resultados	Garantia de cuidados físicos e patrimoniais, redução de risco de morte, apoio psicossocial em situação crítica, consistência/regularidade/continuidade e assertividade de informações estatísticas para atuação institucional, garantia a ampla defesa e o contraditório.
OG	0833
<p>As defesas das autuações foram e são apresentadas em qualquer Unidade da PRF. Em Sede de defesa da autuação a análise foi efetuada pelas Comissões de Defesa da Autuação (CADA). Em caso de Recurso por penalidade já imposta, a análise foi efetuada pela Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI).</p> <p>Os demais serviços foram prestados diuturnamente pelas equipes escaladas nas Unidades Operacionais e em deslocamento da rodovia. Os BATs foram registrados em Sistema Informatizado (BR-Brasil), ficando o interessado de posse do número da ocorrência, com a qual, somada ao número de seu CPF, o habilitou a retirar a partir de 72 horas cópia do BAT em qualquer lugar que tenha acesso a INTERNET. Essas cópias também puderam ser retiradas em qualquer Unidade da PRF. Outro ponto de destaque foram os Comandos de Saúde realizados nas rodovias.</p>	
Macroprocesso 2	CONDIÇÕES DAS RODOVIAS E REGULARIDADE DA FAIXA DE DOMÍNIO.
Cliente	Usuário da rodovia, DNIT e ANTT.
Necessidades Do cliente	Conhecimentos adequados e suficientes para decisões sobre ações corretivas e de resgate das condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais; faixas de domínio das rodovias federais livres de uso inadequado e não autorizado.
Produtos/ Serviços	Informações sobre condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais, serviços de fiscalização, notificação e de apoio à regularização do uso das faixas de domínio.
Resultados	Rodovia livre de poluição visual e construções que coloquem em risco a segurança e fluidez do trânsito.
OG	0833
<p>Além das informações diárias sobre qualquer alteração nas condições de trafegabilidade das rodovias, fato imediatamente comunicado ao órgão rodoviário da União, anualmente é realizado levantamento minucioso das condições dessas vias, cujo relatório é oferecido ao DNIT, de modo a permitir a atualização do sítio daquele órgão na INTERNET. Esse levantamento organizado se faz com o emprego dos Núcleos de Inteligência. As invasões da faixa de domínio foram imediatamente notificadas, procedendo-se ao embargo da obra.</p>	
Macroprocesso 3	CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE ESCOLTA
Cliente	Empresas de escolta de cargas excedentes. Usuário da rodovia.
Necessidades Do cliente	Regularidade e legalidade das atividades de escolta e similares.
Produtos/ Serviços	Autorização para serviços de escolta e similares.
Resultados	Segurança no transporte de cargas excedentes, superdimensionadas ou especiais.
OG	0833
A Comissão Regional de Credenciamento de Escolta, coordenada pela Seção de Policiamento e Fiscalização (SPF) é	

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS (continuação)	
incumbida dos serviços de recebimento de requerimentos, instrução processual, encaminhamento para a Coordenação-Geral de Operações para emissão da Credencial de Escolta, vistorias, habilitação dos motoristas de escolta e a fiscalização desses serviços.	
Macroprocesso 4	EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A SEGURANÇA DO TRÂNSITO.
Cliente	Usuários, população lindeira às rodovias federais; Instituições de ensino, organizações sociais e agentes multiplicadores e sociedade de modo geral.
Necessidades Do cliente	Conhecimentos sobre legislação, segurança de trânsito e correlatos, entender os riscos que envolvem a prática da direção veicular e perceber a diferença que o comportamento de cada indivíduo faz na segurança da coletividade.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação de trânsito e correlatas, campanhas e palestras educativas sobre o tema, matérias publicadas da mídia com o foco em serviço.
Resultados	Desenvolver no cidadão comportamento adequado para a utilização segura do trânsito.
OG	0833
Foi alterada a Comissão Regional de Educação para o Trânsito, a qual recebe e processa todos os pedidos de palestras, campanhas e comandos educativos. Foram realizadas palestras em empresas e escolas, e foi implantado o projeto Cinema Rodoviário, que busca prover palestras de conscientização de usuários das rodovias federais no âmbito dos próprios postos PRF, tendo sido alcançados mais de 10.000 pessoas em 2013. Na Semana do Trânsito e na Copa das Confederações foram realizados comandos específicos, tendo contado inclusive com a presença de efetivo de outros Estados e da Sede Central.	
Macroprocesso 5	INFORMAÇÃO, INTELIGÊNCIA E ANÁLISE DE RISCOS.
Cliente	Superintendente Regional da PRF, Coordenação de Inteligência da PRF, Usuários, ABIN, Polícias (Judiciárias e Militares), Ministério Público, Forças Armadas, Secretarias de Segurança Pública, Receitas (Federal e Estadual), Órgãos públicos de controle, Órgãos de imprensa e Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos.
Necessidades Do cliente	Conhecimento atualizado para ações estratégicas de segurança pública envolvendo rodovias federais, insumos operacionais e informações para abertura de inquérito policial e informações sobre ocorrências com potencial de risco de práticas criminosas, conhecimento de deslocamentos de veículos, pessoas, grupos sociais, entre outros, com riscos potenciais aos usuários das rodovias federais e populações de entorno, conhecimento sobre fatos e ocorrências de interesse público e social em rodovias federais.
Produtos/ Serviços	Informações de inteligência, informações circunstanciada, serviços de apreensão de suspeitos e de produtos, informações operacionais sobre ocorrências com potencial de risco e sobre movimentações e práticas irregulares ou criminosas em rodovias federais, informações de interesse público sobre acidentes, apreensões, prisões, campanhas e outras ocorrências em rodovias federais.
Resultados	Agilidade e assertividade de informações para decisões de segurança pública com o devido tratamento de sigilo e segurança da informação, legalidade das informações e conhecimentos gerados, preservação de bens, consistência em inquéritos e investigações, preservação da ordem

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS (continuação)	
	pública, consistência, credibilidade e assertividade de informações para divulgação.
OG	0825, 0830, 0832, 0833
	Cada Equipe de serviço no trecho figurou com fonte de informação sobre acontecimentos, prisões, suspeições, monitoramento de veículos, identificação de pessoas, entre outros. Por outro lado, o Núcleo de Inteligência recebeu, tratou essas informações, agregando-as aos acompanhamentos de assuntos de interesse da Instituição e do Sistema de Segurança por si realizados, difundindo esses conhecimentos, bem como recebeu conhecimentos de outros órgãos integrantes do SISBIN. As informações sem necessidade de sigilo, a exemplo de possível interdição de rodovia, são divulgadas a fim de diminuir a surpresa aos usuários da via. Foram criadas Bases Descentralizadas de Inteligência (BDIs) em todas as Delegacias da 16ª SRPRF/CE.
Macroprocesso 6	FISCALIZAÇÃO, FLUIDEZ E SEGURANÇA DO TRÂNSITO.
Cliente	Usuários das rodovias federais, população lindeira, sociedade em geral.
Necessidades Do cliente	Trafegar pelas rodovias federais com segurança e fluidez no trânsito.
Produtos/ Serviços	Serviços de fiscalização, orientação e sinalização de trânsito nas rodovias federais.
Resultados	Segurança e fluidez do trânsito (redução da violência no trânsito).
OG	0833
	A fiscalização do trânsito foi fator primordial para a prevenção de ocorrência de acidentes. Para tanto foi estabelecido metas de fiscalização, cartão programa com o planejamento do policiamento diário, comando de fiscalização, operações em datas especiais (feriados e finais de semana prolongados), além de operações realizadas com apoio da Divisão de Fiscalização de Trânsito – DFT/PRF na circunscrição da 16ª SRPRF/CE.
Macroprocesso 7	ESCOLTA E BATEDOR.
Cliente	Usuários, Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, Poder Judiciário.
Necessidades Do cliente	Apoio em operações de segurança do Presidente da República e outras autoridades, Apoio para deslocamentos de comboios e cargas militares, segurança de dignitários.
Produtos/ Serviços	Serviços de Segurança, meios e efetivos para apoio operacional especializado, Serviço de escolta e batedor;
Resultados	Segurança de dignitários nos deslocamentos rodoviários, segurança e proteção em deslocamentos de cargas, comboios e contingentes militares, bem como de cargas especiais que exijam a presença da PRF.
OG	0833
	A PRF integrou todos os trabalhos de segurança de dignitários em visita à sua circunscrição, incluindo visitas da Presidenta da República ao Ceará, além das escoltas de delegações, árbitros e autoridades durante a Copa das Confederações FIFA 2013 com a implantação e gerenciamento de uma Central de Escoltas.
Macroprocesso 8	OPERAÇÕES DE COMBATE AO CRIME
Cliente	Condutores de veículos, pedestres, passageiros, transportadores de passageiros e cargas, população da circunvizinhança das rodovias federais, vítimas de acidentes e crimes,

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS (continuação)	
	proprietários de veículos acidentados, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias Judiciárias, Polícias Militares, Receitas (Federal e Estadual), ANTT, DNIT, Vigilância Sanitária, sociedade em geral.
Necessidades Do cliente	Prevenção de crimes e segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais, apoio operacional circunstancial para abordagens, fiscalizações, cumprimento de mandados, diligências e outras situações similares, segurança para a realização de grandes eventos.
Produtos/ Serviços	Apoio e proteção pessoal e patrimonial, fiscalização/policiamento ostensivo das rodovias federais, serviços de segurança para diligências e abordagens operacionais de controle, fiscalização, enfrentamento ao furto e roubo de veículos, roubo de cargas, assalto a ônibus, trafico de drogas e armas, contrabando e descaminho, crimes fiscais, ambientais e sanitários, bem como contra a dignidade humana (trabalho em situação análoga à escravidão, tráfico de seres humanos, exploração sexual de crianças e adolescentes).
Resultados	Segurança pessoal e patrimonial quando em trânsito em rodovias federais e fortalecimento do enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e crimes contra a dignidade da pessoa humana.
OG	0825; 0832; 0833
Foram realizadas diversas Operações com o foco no enfrentamento ao tráfico de drogas e armas na região, roubo/furto e fraudes veiculares, combate aos crimes ambientais, crimes contra o Fisco e a saúde pública, combate ao trabalho escravo e crime organizado. Esses enfrentamentos também permeiam a atividade das equipes com atividade diárias nas escalas de serviço, pois o produto do ilícito se movimenta e a criminoso se locomove. Portanto, não raro, na atividade rotineira de fiscalização foram retirados criminosos de circulação, bem como efetuada apreensão de drogas, veículos furtados/roubados, entre outros.	
Macroprocesso 9	FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS.
Cliente	Condutores e passageiros de veículos em viagem, transportadores de passageiros e cargas, usuários da rodovia.
Necessidades Do cliente	Conhecimento básico sobre normas de transporte, condições das rodovias, rotas de viagem, distâncias e localização de cidades e pontos turísticos, linhas, horários e itinerários de ônibus.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação, trafegabilidade, distâncias e rotas de viagem, localização de cidades e pontos turísticos, horários e itinerários de linhas de ônibus, fiscalização das dimensões e peso dos veículos de carga, fiscalização do transporte de produtos perigosos, fiscalização do transporte coletivo de passageiros.
Resultados	Viagem segura para os passageiros do transporte coletivo, adequação do transporte de produtos perigosos, redução de danos a vias por excesso de peso.
OG	0825; 0833.
A fiscalização do transporte integrou a ações diárias de trabalho, mas teve atenção especial com a realização de operações específicas de fiscalização do transporte de produtos perigosos, transporte de passageiros, fiscalização do RNTRC em face do risco que sinistro envolvendo os veículos que transportam tais substâncias traz ao meio ambiente.	
Macroprocesso 10	COMANDO E CONTROLE.
Cliente	Usuários da rodovia, população lindeira, sociedade em geral

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS (continuação)	
Necessidades Do cliente	Atendimento otimizado de ocorrências (menor tempo de resposta), contato de emergência, presença e disponibilidade do policiamento ostensivo.
Produtos/ Serviços	Acompanhamento e controle centralizado do atendimento das ocorrências, atendimento a chamadas de emergência, acionamento otimizados das equipes em campo, acompanhamento dos Indicadores e Metas.
Resultados	Otimização dos atendimentos aos chamados de emergência, diminuição do tempo de resposta, fortalecimento da prevenção por meio presença e intervenção do policiamento nos pontos previamente definido.
OG	0825; 0833.
As ações de comando e controle foram realizadas pela Seção de Policiamento por meio da CIOP – Central de Informações Operacionais, a qual atendeu os chamados de emergência, acionando as equipes em campo para o atendimento. Durante a Copa das Confederações FIFA 2013 foi designada equipe específica de Comando e Controle para atuação junto ao Centro Integrado de Comando e Controle Regional – CICCRR.	

Esses dez macroprocessos obedecem aos quatro eixos de atuação da PRF: atendimento ao usuário da via; fiscalização de trânsito; educação para o trânsito e enfrentamento à criminalidade. Restou evidenciado que o principal mecanismo para a execução dessas tarefas é o policiamento ostensivo.

O policiamento ostensivo está equilibrado em quatro vertentes, são elas: a visibilidade, a disponibilidade, a pronta-intervenção e o monitoramento e controle viário. Todos os macroprocessos finalísticos, bem como os macroprocessos de apoio que veremos a seguir trabalham para que essa tarefa seja desempenhada a contento.

1.5 Macroprocessos de Apoio

O quadro abaixo apresenta os quatro principais macroprocessos de apoio da Instituição. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, com foi sua condução por esta UJ.

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO	
Macroprocesso 1	DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL.
Cliente	Servidores policiais e do quadro de apoio
Necessidades Do cliente	Capacitação continuada, acompanhamento de saúde, concessão de benefícios, progressão funcional.
Produtos/ Serviços	Serviços de capacitação, saúde, perícias médicas, recepção de demanda por concessão de benefícios, análise de direitos, administração de pessoal, geração de folha de pagamento.
Resultados	Servidor em condições globais de prestar o melhor serviço à sociedade

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO	
OG	0825, 0830, 0833.
<p>Os trabalhos de análise das demandas por concessão de benefícios e administração de pessoal, bem com a geração e controle da folha de pagamento caminhou na rotina que lhe é peculiar. Foram também iniciadas técnicas de controle e organização da demanda da área de recursos humanos.</p> <p>O Projeto Patrulha da Saúde buscou verificar a condição de saúde dos servidores e os estimular a prática saudáveis de alimentação e atividade física. Foi também realizada, junto com a avaliação de saúde, tratamentos com quiroprática, massoterapia, acupuntura. Durante a Copa das Confederações, foi destacada uma equipe da Sede Central para acompanhar todo o efetivo envolvido no evento. Por fim, foram realizadas palestras com temas afins à prevenção da saúde e discussões sobre o tema.</p> <p>A capacitação dos servidores foi realizada dando prioridade à atividade finalística, tendo sido disponibilizados cursos de habilitação em submetralhadoras e pistolas e Segurança de Dignatários. Para as atividades de apoio, foram ministrados cursos como Técnicas de Comunicação e Oratória, Curso de Processo Administrativo Disciplinar e Capacitação dos Núcleos Orçamentários e Financeiros. A atividade de capacitação foi prejudicada pelo contingenciamento de recursos ocorridos no exercício 2013 e pela necessidade de a Sede Central formar novos instrutores do quadro de policiais rodoviários federais, tendo sido necessário o empenho de muitos servidores e esforços para tanto.</p>	
Macroprocesso 2	APOIO LOGÍSTICO.
Cliente	Principalmente a Atividade Finalística.
Necessidades Do cliente	Manutenção de viaturas, equipamentos (radares, bafômetros, rádios, armamento, etc.), abastecimento da frota, aferição de equipamentos, manutenção (limpeza e conservação das estruturas físicas).
Produtos/ Serviços	Viaturas mantidas e abastecidas, equipamentos mantidos, calibrados e aferidos.
Resultados	Frota e equipamentos em condições de serem empregados no patrulhamento e fiscalização.
OG	0825, 0830, 0833.
<p>Foi realizado um termo aditivo ao contrato com a ECOFROTAS de manutenção para toda a frota da Regional. Foi realizado um novo contrato de abastecimento por meio do contrato nacional com a TICKET CAR, ficando um servidor da Regional responsável pelo controle desse abastecimento e manutenção, elaborando indicadores que facilitam a tomada de decisões na gestão da frota. A vigência deste contrato foi a partir de janeiro de 2014.</p> <p>Em relação aos equipamentos que necessitam de manutenção, calibração e aferição, em especial os etilômetros, foram mantidos os contratos específicos de acordo com a demanda apresentada.</p> <p>No que se refere à limpeza e conservação predial, foi utilizado o contrato que havia sido renovado em 2012. Contudo, foi também licitado um novo contrato, que terá vigência a partir de 2014</p> <p>Foi instalada uma gestão de contrato, sendo padronizados os procedimentos de fiscalização dos contratos da regional Durante o ano foram adquiridas 34 viaturas novas para todas as Delegacias e recolhidas 23 para leilão, por terem sido consideradas antieconômicas ou inservíveis.</p>	
Macroprocesso 3	INFRAESTRUTURA FÍSICA E SERVIÇOS DE TIC.

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO	
Cliente	Servidores do órgão e usuários que buscam os serviços da PRF.
Necessidades Do cliente	Instalações físicas adequadas para a realização das atividades diárias e para o atendimento ao público, serviço de transmissão de dados e voz disponível e com qualidade, cobertura de sinal de rádio, funcionamento e acesso aos sistemas informatizados corporativos.
Produtos/ Serviços	Consultas a sistemas, transmissão e recepção de informação, contatos de voz, recebimento de chamadas de emergência por telefonia gratuita para o usuário.
Resultados	Ambiente adequado para o cumprimento da missão, dotado de capacidade de prover comunicação por dados e voz com o público interno e externo.
OG	0825, 0830, 0833.
<p>Foi realizado novo contrato de manutenção predial (pequenos serviços de reparo) da Superintendência, já tendo sido realizadas várias manutenções, com destaque para as das unidades operacionais situadas no interior do Estado. Além disto, foi executada a construção do Posto de Fiscalização e sede da delegacia na cidade de Icó e do posto de fiscalização na cidade de Milagres, ambos com previsão de entrega em 2014. Foi iniciada a reforma do Centro de Treinamento do Nordeste, também com previsão de entrega para 2014.</p> <p>Foi renovado o parque de equipamentos (computadores, notebooks, etc) em 25%, bem como foi ampliada a cobertura de rádio para toda a circunscrição da região metropolitana. Foi realizada a migração do sistema analógico de telefonia para o digital, com cobertura em todas as unidades do Estado. Foi desenvolvido e implantado um sistema de consultas de veículos e pessoas e de confecção de autos de infração por meio de smartphones na plataforma Android.</p>	
Macroprocesso 4	CORREIÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA.
Cliente	Esse macroprocesso está no limiar entre o finalístico e o meio, pois o maior beneficiado por ele é o cidadão-usuário. Entretanto, neste caso, classificamo-no como meio e delimitamos a clientela como servidores do órgão, pois a todos interessam trabalhar em uma instituição sadia, livre de vícios que desabone sua imagem.
Necessidades Do cliente	Cumprir e fazer cumprir as normas e regulamentos, trabalhar em um ambiente onde a sua conduta seja buscada e apoiada, orgulhar de pertencer a uma Instituição sólida e respeitada pela sociedade, onde grassa o respeito mútuo e a disciplina consciente.
Produtos/ Serviços	Fomentar ambiente de trabalho que privilegie a boa conduta, a disciplina, respeito mútuo e zelo pela coisa pública.
Resultados	Orgulho de pertencer a uma Instituição admirada e respeitada pelo cidadão.
OG	0825, 0830, 0833.
<p>A Corregedoria Regional tem desempenhado forte trabalho no combate a desvios de conduta na Polícia Rodoviária Federal, cumprindo e zelando pela obediência às normas e regulamentos dentro da instituição, em especial o que rege a lei 8.112/90.</p> <p>As ações e procedimentos têm buscado fortalecer o órgão e valorizar o cidadão na busca de um serviço de segurança de qualidade e que atenda às necessidades sociais.</p> <p>Nesse contexto, o sistema de correição tem atuado com profissionalismo e vigor, apurando, com celeridade e eficiência, todo e qualquer ato de transgressão disciplinar, sempre obedecendo o devido processo legal, bem como</p>	

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO

agindo com ética e respeitando os direitos e garantias individuais de seus servidores.

Além disso, a corregedoria tem realizado acompanhamento gerencial das atividades realizadas pelo efetivo na busca de coibir e corrigir condutas que possam evoluir à seara disciplinar, comprometendo a qualidade do serviço prestado, prevenindo e orientado, dessa forma, os servidores do órgão, conforme as diretrizes legais da instituição.

Com isso, a sociedade tem obtido um serviço cada vez melhor de segurança, e o órgão tem alcançado posição de destaque na condução da disciplina e na conscientização do efetivo, garantindo crescente respeito e admiração junto à sociedade.

1.6 Principais Parceiros

O trabalho da PRF, regra geral, sempre conta com a parceria de outros órgãos. Senão vejamos. No campo do combate a criminalidade, o ciclo de polícia no Brasil é incompleto. Temos a Polícia Ostensiva e a Polícia Judiciária. Assim, nenhum criminoso chega ao tribunal, mesmo encontrado em situação de flagrância pela PRF, sem passar pela Polícia Judiciária. Esse trabalho se completa com a participação do Ministério Público e, por último, com o julgamento do Poder Judiciário.

No dia a dia da estrada, a PRF tem dois parceiros institucionais que com ela divide a mesma circunscrição: o DNIT e a ANTT. Com esses dois órgãos existem termos de cooperação celebrado em sede de suas Direções-Gerais. Do mesmo modo existe Convênio celebrado entre o DPRF e o a Procuradoria-Geral do Ministério Público do Trabalho com o objeto de melhorar o enfrentamento à exploração de trabalhadores.

Nas Regionais, mesmo sem a celebração formal de acordo de cooperação, a PRF e o Ministério Público se apoiam mutuamente. Do mesmo modo a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e o Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) figuram com parceiros de todas as emergências.

No combate aos crimes ambientais e fiscalizações específicas contamos com a parceria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE.

No combate aos crimes contra o Fisco e a Saúde Pública contamos com apoio da Receita Federal, Secretaria da Fazenda (SEFAZ), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Centro de Vigilância Sanitária do Ceará (NUVIS).

Está em fase de finalização um Acordo de Cooperação entre a PRF e o Ministério Público do Estado para a elaboração do Termo Circunstanciado de Ocorrência e Boletim de Ocorrência Circunstanciado. Para o exercício de 2014 esse acordo será firmado.

Existe outra Cooperação Técnica em nível nacional que é o Convênio com o SEST/SENAST, cujo objeto é a realização dos Comandos de Saúde nas rodovias, tendo com principal alvo os motoristas profissionais.

INTRODUÇÃO

Este relatório de Gestão está estruturado na mesma ordem dos itens da PORTARIA-TCU N° 175, DE 9 DE JULHO DE 2013, à exceção dos seguintes, que não se aplicam à realidade desta unidade::

2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados:

O item 2.2.1 Programa Temático (*Quadro A.2.2.1 – Programa Temático*) integrante do Sumário previsto no Anexo Único da Portaria – TCU n° 175, de 09 de julho de 2013, não se aplica a este Órgão, haja vista que o DPRF/MJ não possui Programa Temático ou Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado, definidos no PPA (*Lei n° 12.593/2012*) sob sua responsabilidade direta.

Estes itens ficaram sob a responsabilidade das unidades jurisdicionadas que abrangem secretaria-executiva de ministério ou de secretaria com *status* de ministério. Em tal situação deve ser preenchido um quadro para cada programa temático que apresente na lei orçamentária recursos alocados ao ministério ou à secretaria com *status* de ministério.

O item 2.2.2 Objetivo (*Quadro A.2.2.2 – Objetivo*) integrante do Sumário previsto no Anexo Único da Portaria – TCU n° 175, de 09 de julho de 2013, não se aplica a esta UJ, haja vista que os objetivos e metas definidos no PPA são controlados, monitorados e apresentados no relatório de gestão da Sede Central do DPRF/MJ.

O item 2.2.3 Ações (*Quadros A.2.2.3.1 ao A.2.2.3.4*) integrantes do Sumário previsto no Anexo Único da Portaria – TCU n° 175, de 09 de julho de 2013, não se aplicam a este Órgão, haja vista que, nos termos do contido no Art. 165, § 5º, Inciso II, da Constituição Federal, o orçamento em assunto refere-se às empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, logo, este item não se aplica à UJ.

3.3 Remuneração Paga a Administradores; 3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal; 3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos; 3.3.3 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores: Trata-se de um órgão público da administração direta, não havendo administradores.

4.1.1 Programação Orçamentária da Despesa: O único ato de planejamento da proposta orçamentária que esta UJ realiza é o envio anual, e a cada mudança contratual importante, à Divisão de Planejamento do DPRF, de planilha com as principais demandas da UJ para o exercício corrente.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa: A UJ é apenas Unidade Gestora, trabalhando somente com o recebimento e execução de créditos advindos da Unidade Orçamentária 30107.

4.1.3 Realização da Despesa; 4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total; 4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ; 4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total; 4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ: As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas em um conjunto de demonstrativos, que se subdividem em quadros, conforme a origem do crédito. Salientamos que a UJ não possui créditos originários da Lei orçamentária, trabalhando apenas com créditos recebidos por movimentação interna, sendo aplicável apenas o preenchimento dos seguintes quadros:

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:

- a. Despesas por Modalidade de Contratação;
- b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
- c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

O conjunto de demonstrativos relacionados acima é composto por três (3) quadros semelhantes: Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

4.7 Gestão de precatórios: A UJ não realiza gestão de precatórios.

5.1.5 Cadastramento no Sisac; 5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC; 5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU; 5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac; 5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico: No que diz respeito a todas as informações relativas ao SISAC, informo que a unidade responsável pelo registros dos atos de admissão, aposentadorias e pensões, nestes incluídos as alterações de fundamento legal que ensejam registro no SISAC, é a Coordenação-Geral de Recursos Humanos/DPRF/MJ. Esta unidade jurisdicionada apenas instrui os processos pertinentes e os encaminham àquela Unidade, onde será analisado o amparo legal, seguido da publicação do ato concessório e registro no SISAC.

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados: A autorização do Ministério do Planejamento foi para o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de forma que estas informações serão prestadas pela Sede do órgão em Brasília.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários: Não há estagiários no quadro da 16ª SRPRF/CE.

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros, Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros: A 16ª SRPRF/CE não possui veículos terceirizados.

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ: Não há imóveis funcionais da União sob a responsabilidade da UJ.

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros: Não se aplica, pois a 16ª SRPRF/CE não possui bens imóveis de uso especial locados de terceiros.

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício; 9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício: Por tratar-se de uma unidade desconcentrada do DPRF, a UJ não trabalha diretamente com dados relacionados aos quadros A.9.1.1 e A.9.1.2. Deliberações do TCU, normalmente são tratadas pelo controle interno do DPRF, e as recomendações referentes a ações atinentes a atividades desta regional são encaminhadas pelo controle interno, passando a fazer parte do Plano de Providências, passando a serem discutidas e comunicadas às áreas envolvidas.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade: Conforme comentado no subtópico anterior, a unidade não realiza, individualmente, pesquisas junto à sociedade, atuando sempre em conjunto com as demais regionais que compõem o órgão, restando, assim, prejudicado esse item.

Os seguintes itens do Anexo II da DN-TCU nº 127, de 15 de maio de 2013 não se aplicam, em razão de não haver conteúdo a ser declarado no exercício de referência, apesar de se aplicarem à natureza da unidade:

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos: Os saldos das contas contábeis de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme Nota Técnica do Tesouro Nacional nº 2309/2007, apresentaram saldo “zero” no dia 31/12/2013.

4.4 Transferências de Recursos: Não foram firmados, no exercício de referência do RG, convênios, termos de cooperação ou contratos de repasse com transferência de recursos.

4.5 Suprimento de Fundos: A UJ não utilizou suprimento de fundos no exercício de referência do RG, nem nos dois anteriores.

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ e seus subitens: Não houveram benefícios financeiros creditícios, nem renúncias tributárias no exercício.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos: Não há indicadores específicos, em que pese realizarmos constantes análises sobre a qualidade e quantidade de prestação de serviço ao público alvo, a fim de averiguarmos a eficiência das informações prestadas. Não há previsão para desenvolvê-los.

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna: A UJ ainda não possui unidade de auditoria interna em sua própria estrutura, por ser uma unidade desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Atualmente o órgão central de controle interno no qual a UJ está vinculada é a Secretaria de Controle interno – Órgão da CGU/PR, que possui atribuições advindas da própria carta da república. A UJ conta também com órgão de controle interno do Ministério da Justiça e do DPRF. Importante salientar que está sendo aprovada nova estrutura para os órgãos que compõem o DPRF, sendo que nesta está contemplado um órgão de controle interno vinculado ao Núcleo de Apoio Técnico, o que representa um ganho importante no que diz respeito ao acompanhamento e nas iniciativas de controle para a UJ.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO; 12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ: Não foram verificadas informações complementares a serem discriminadas neste item.

A Polícia Rodoviária Federal possui o brilhante mister de salvaguardar a incolumidade de todos os cidadãos e cidadãs que utilizam as estradas e rodovias federais. Desse modo, é constante a preocupação da unidade jurisdicional de promover o atendimento com excelência a todos os que direta ou indiretamente beneficiam-se da segurança e fluidez das vias federais.

Para alcançar seus fins, foi necessário promover ou dar continuidade às ações nos diversos campos e setores que compõem a unidade. As mudanças já se fizeram sentir no último ano com a lotação e efetivação de novos servidores e a redistribuição do quadro, com atenção especial às delegacias do interior. Pode-se dizer que a maior dificuldade hoje existente é a escassez de efetivo e a dificuldade de recomposição de pessoal. Situação esta que deverá se agravar a partir de julho de 2014, data em que boa parte do efetivo completará o tempo necessário para aposentadoria.

A falta de recursos e de oportunidades de capacitação dos servidores, em especial nas áreas técnicas da atividade meio, são uma grande dificuldade enfrentada por esta regional. Ademais, vários acontecimentos emergenciais, tais como o alagamento das BRs em Rondônia e Acre, o apoio ao combate ao trabalho escravo na região Norte e a ocupação de favelas no Rio de Janeiro, causam convocações em regime de urgência, o que impossibilita realizar a capacitação apropriada do efetivo e impacta inclusive na efetividade das atribuições específicas da Polícia Rodoviária Federal.

Apesar disto, no ano de 2013 houve uma oferta razoável de cursos de capacitação ou atualização, em especial para o efetivo operacional, muito embora ainda estejamos bastante aquém do ideal.

Foram adquiridos materiais importantes no exercício da atividade policial, tais como coletes balísticos e uniformes. Contudo, verificou-se que a burocracia do sistema licitatório e de elaboração de contratos tendem a travar a aquisição de bens e a contratação e a execução de serviços.

Um dos itens mais citados pelos servidores como entrave ao bom desempenho de suas atribuições é a extrema complexidade técnica e a dificuldade de operacionalização dos sistemas informatizados do Governo Federal, tais como SIAFI, SERPRO, SIAPE, SCDP, SIPAC, CGU/PAD, COMPRASNET, dentre outros. Acrescente-se a isso que sua constante oscilação/ inoperância de funcionamento prejudicam as atividades e aumentam o tempo necessário de realização.

Não obstante, esta regional tem se destacado no desenvolvimento de sistemas informatizados internos na área de fiscalização e consulta de veículos e pessoas, servindo como referência inclusive para os demais órgãos de trânsito.

Em termos estruturais, foram efetuados contratos para manutenção, reforma e construção de imóveis que se encontravam em situação crítica, dentre os quais se incluem a obra de reforma do Centro de Treinamento do Nordeste e a construção das Unidades Operacionais e Delegacias das cidades de Milagres/CE e Icó/CE, bem como a realocação da unidade operacional de Caucaia.

Importante também foi a presença da unidade em eventos sociais ocorridos no Estado do Ceará que necessitaram da atuação da Polícia Rodoviária Federal. Nesse contexto, merece destaque sua participação na Copa das Confederações, com serviço de escolta e batidores de dignitários, autoridades e comitivas, mobilização do efetivo criando cinturões de segurança nas divisas do estado e na região metropolitana, operações com cães, aeronaves, equipamentos especiais e força de choque, com o objetivo de manter a segurança durante o evento.

No âmbito correccional, foram intensificadas as ações no combate aos desvios funcionais com foco no cidadão e na imagem da Polícia Rodoviária Federal perante a sociedade. Os trabalhos também estiveram voltados para a conscientização do efetivo na valorização da atividade, com adoção de medidas preventivas através do acompanhamento do serviço e reuniões administrativas com os gestores, a fim de reforçar o papel da corregedoria.

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da unidade

O planejamento estratégico do Órgão tem a abrangência dos anos 2012 a 2020.

As características inerentes ao trânsito rodoviário e à grande extensão da malha viária brasileira favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam, sobremaneira, o planejamento e deliberação acerca da sistemática mais apropriada para cada situação fática que se apresente.

Neste sentido, cumpre registrarmos que vários são os tipos de crimes cometidos ao longo das rodovias federais, não se restringindo aos de cunho patrimonial, vejamos: crimes de evasão fiscal e de divisas, transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, contrabando, descaminho, transporte de materiais irregulares e falsificados, dentre outros.

A prática de condutas delitivas, sabidamente, causa enormes prejuízos econômicos, financeiros e sociais ao País, razão pela qual a temática segurança pública sempre esta inserida dentre o rol de prioridades dos Governos, que, diuturnamente, envidam os esforços possíveis e disponíveis na busca por um formato de política pública que possibilite garantir a paz social.

O foco de atuação da PRF está inserido em uma visão de efetiva proteção ao cidadão, proporcionada pela sua ampla e irrestrita presença nos mais variados pontos do território nacional, graças ao modal rodoviário adotado pelo Brasil, aliada à sua contínua e dedicada prática de combate e repressão ao crime, com vistas ao aumento da sensação coletiva de segurança.

A PRF busca atingir seus objetivos através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde, voltadas aos usuários das rodovias federais, às atividades de educação para o trânsito.

Outro ponto que merece especial atenção dos entes públicos, dentre os quais está inserida a PRF, são os acidentes de trânsito, que, também, provocam prejuízos enormes à sociedade brasileira.

Os acidentes de trânsito interferem diretamente na saúde pública, demandando gastos extremamente vultosos no tratamento hospitalar das vítimas, que em muitos casos ficam com sequelas irreversíveis, além de provocar danos intangíveis e irreparáveis na vida social, econômica e familiar dos cidadãos.

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes e, conseqüentemente, os reflexos negativos deles decorrentes, a PRF tem procurado implantar uma metodologia de trabalho mais efetiva, utilizando-se de assistência direta ao cidadão, orientações aos usuários das rodovias, campanhas educativas, dentre outros.

O certo é que este Órgão vem delineando suas estratégias de atuação buscando acompanhar esse processo evolutivo, que decorre da diversificação das demandas sociais, dentre as quais estão inseridas aquelas que requerem uma ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente.

Neste norte, a PRF tem fornecido subsídios para que os Estados Federados e entes do Governo Federal venham a implementar políticas públicas, a exemplo do Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entre outros.

O planejamento de atuação deste Órgão de Segurança Pública tem-se desenvolvido no intuito de estabelecer ações integradas com os demais Órgãos Administrativos, bem como com os administrados em geral, para, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à Sociedade, público-alvo de todas as atividades empreendidas pela PRF.

Outros fatores sociais identificados são: apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas, bem como o acompanhamento e controle dos reflexos causados pelas manifestações reivindicatórias, que contemplam demandas sociais várias, onde frequentemente ocorre o bloqueio de rodovias federais, trazendo inúmeros prejuízos à população.

Neste contexto, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que sua atividade-meio, Administrativa, execute suas atribuições em sintonia com a atividade-fim, Operacional, dotando-a dos recursos necessários para tanto.

De acordo com o PPA a PRF deverá atuar, durante o quadriênio 2012-2015, nas seguintes ações/metastas:

- Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015;
- Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil em Regiões de Fronteiras;
- Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras;
- Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil;
- Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores;
- Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual;

- Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal.
- Alcançar 500.000 pessoas, anualmente, com ações de educação para o trânsito até 2015;
- Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional;
- Ampliar a quantidade total de veículos fiscalizados nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015;
- Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de alcoolemia nas rodovias federais para 6.000.000 no quadriênio 2012-2015;
- Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária;
- Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados;
- Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias;
- Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteira;
- Ampliar a cobertura de videomonitoramento para os 100 principais trechos críticos de acidentes no quadriênio 2012-2015;
- Implantação de 4 novas bases de resgate aeromédico;
- Integração do Plano Nacional Viário (PNV) com o Sistema de Processamento de Multas (SISCOM);
- Modernização do Sistema BR-BRASIL/PRF como sistema único de atendimento de acidentes.

Adicionalmente à execução das ações previstas no PPA, quadriênio 2012-2015, próprias deste Órgão integrante do Sistema Nacional de Segurança Pública, a PRF também participa dos trabalhos relacionados às metas descritas abaixo:

- Implantar 325 Sistemas de Monitoramento e Controle Fronteiriço - *(Unidades Responsáveis pela meta: SENASP/DPRF/DPF)*;
- Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos - *(Unidades Responsáveis pela meta: SENASP/SESGE/DPRF)*;
- Implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle, com 02 Centros Integrados de Comando e Controle Nacionais, 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais nos Estados-sede, 27 Centros de Comando e Controle Móveis para as sedes da Copa e centros de treinamento das seleções - *(Unidades Responsáveis pela meta: SENASP/SESGE/DPRF)*;
- Apreender 150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outras formas de apresentação) apreendida - *(Unidades Responsáveis pela meta: SENASP/DPRF/DPF)*;
- Apreender 52.000 armas de fogo - *(Unidades Responsáveis pela meta: SENASP/DPRF/DPF)*;
- Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras - *(Unidades Responsáveis pela meta: DPRF/DPF)*;
- Consolidar mecanismos estratégicos de cooperação e planejamento integrado com organismos internacionais, com países fronteiriços, com entes públicos federais, estaduais e municipais, bem como com entes privados - *(Unidades Responsáveis pela meta: SENASP/DPRF/DPF/SNJ)*;
- Elaboração de um Plano de Aviação em Segurança Pública para os Estados Fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras - *(Unidades Responsáveis pela meta: SENASP/DPRF/DPF)*;

- Realizar 5.314.891 ações de fiscalização de pessoas, veículos, aeronaves e embarcações nas fronteiras no período de 2012 a 2015 - (*Unidades Responsáveis pela meta: SENASP/DPRF/DPF*); e
- Produzir 68.000 documentos através da metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência (52.000 da Polícia Federal e 16.000 da Polícia Rodoviária Federal) - (*Unidades Responsáveis pela meta: DPRF/DPF*).

Com o intuito de gerenciar os objetivos da Polícia Rodoviária Federal, alinhando o planejamento estratégico do órgão com as metas do PPA o Escritório de Projetos Estratégicos do DPRF fomenta a construção, o desenvolvimento e o acompanhamento de Projetos que possam gerenciar as demandas macros da PRF.

2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

O item 2.2.1 Programa Temático (*Quadro A.2.2.1 – Programa Temático*) integrante do Sumário previsto no Anexo Único da Portaria – TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, não se aplica a este Órgão, haja vista que o DPRF/MJ não possui Programa Temático ou Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado, definidos no PPA (*Lei nº 12.593/2012*) sob sua responsabilidade direta.

Estes itens ficaram sob a responsabilidade das unidades jurisdicionadas que abrangem secretaria-executiva de ministério ou de secretaria com *status* de ministério. Em tal situação deve ser preenchido um quadro para cada programa temático que apresente na lei orçamentária recursos alocados ao ministério ou à secretaria com *status* de ministério.

O item 2.2.2 Objetivo (*Quadro A.2.2.2 – Objetivo*) integrante do Sumário previsto no Anexo Único da Portaria – TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, não se aplica a esta UJ, haja vista que os objetivos e metas definidos no PPA são controlados, monitorados e apresentados no relatório de gestão da Sede Central do DPRF/MJ.

O item 2.2.3 Ações (*Quadros A.2.2.3.1 ao A.2.2.3.4*) integrantes do Sumário previsto no Anexo Único da Portaria – TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, não se aplicam a este Órgão, haja vista que, nos termos do contido no Art. 165, § 5º, Inciso II, da Constituição Federal, o orçamento em assunto refere-se às empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, logo, este item não se aplica à UJ.

2.3. Informações sobre outros resultados da gestão:

Para perseguir as metas definidas no Planejamento Operacional a atividade rotineira obedeceu a criterioso levantamento de pontos críticos de acidentes, utilizando o Sistema de Informações Gerenciais – SIGER/PRF, os quais somados aos fatores críticos de acidentes orientaram o planejamento das ações diárias de policiamento.

Esse planejamento é difundido ao efetivo por meio de Cartão-Programa de Policiamento, onde o chefe do Núcleo de Policiamento da Delegacia ou o próprio chefe de Delegacia faz constar os itinerários de policiamento, pontos de parada e abordagens e as metas ao longo do dia e do trecho.

Além desse planejamento da ação diária, têm-se também as Operações de calendário – feriados e festas nacionais. Essas Operações têm por objetivo reforçar o policiamento e diminuir os riscos de sinistro potencializado pelo aumento do fluxo de veículos e pessoas nas rodovias.

OPERAÇÕES NACIONAIS	INÍCIO	TÉRMINO
Operação Carnaval	08/02/2013	13/02/2013
Operação Semana Santa	28/03/2013	31/03/2013
Operação Corpus Christi	29/05/2013	02/06/2013
Operação Sete de Setembro	03/09/2013	10/09/2013
Operação Finados	31/10/2013	03/11/2013
Operação Proclamação da República	14/11/2013	17/11/2013
Operação Fim de Ano	13/12/2013	31/12/2013

Além desse calendário houve também a previsão de ações diferenciadas para os eventos regionais, com foco para a realização da Operação Copa das Confederações FIFA 2013, onde foram prestados serviços de escolta/batedores de delegações, autoridades e comitivas, o motopolicamento, o policiamento especializado nas divisas e na região metropolitana, operações com cães, operação aéreas, com equipamentos especiais, força de choque, entre outras importantes, para manter a segurança em evento dessa natureza.

Como já citado anteriormente, o grande diferencial da ação fiscalizadora foi a eleição dos fatores críticos de acidentes graves mais comuns, excesso de velocidade, ultrapassagem indevida e ingestão de bebidas alcoólicas. A fiscalização rigorosa dessas condutas, bem como em

operações de fiscalização do transporte de passageiros, produtos perigosos e excesso de peso foi a tônica da atividade finalística voltada para a segurança no trânsito no exercício.

O enfrentamento à criminalidade também foi alvo de previsão de reforço por meio de operações especiais de combate ao crime, seja qual for a forma de atuação, crimes ambientais, contra a saúde pública e fisco, narcotráfico, fraudes veiculares, exploração sexual de criança e adolescente e roubos de carga. Buscou-se a interação da área de Inteligência com os demais órgãos policiais e Ministério Público, a fim de permitir ações integradas de combate a grupos criminosos.

O Comando e Controle foi fundamental para o acompanhamento das ações, ocorrências e monitoramento. Todas as ocorrências de relevância, bem como manifestações sociais foram imediatamente comunicadas a Central de Informações Operacionais, a qual difundiu a informação para a Central Nacional e para as chefias imediatas, o que permitiu intervenção adequada e rápida.

A Educação para o trânsito foi realizada em duas vertentes. A forma tradicional de realizá-la, ou seja, palestras, comandos educativos, distribuição de material informativo, visitas a escolas e empresas e, na outra vertente, estrategicamente cada abordagem revestiu-se de fator pedagógico e foi encarada como oportunidade de reflexão e mudança de comportamento.

Embora haja autuações sem abordagem e com equipamentos de operação autônoma, a prioridade sempre foi a da abordagem, do contato da Instituição com o cidadão, o qual, longe de ser um infrator a ser perseguido, foi encarado como um potencial parceiro na promoção de um trânsito mais seguro.

A chamada Lei Seca foi um importante instrumento a serviço da segurança. Estatisticamente, ao longo dos anos, a embriaguez ao volante não é o maior fator contribuinte para ocorrência dos sinistros em rodovias federais, exceção se faz para os perímetros urbanos. Por outro lado, a grande visibilidade dada pela mídia a essas mudanças, a modalidade de fiscalização ostensiva, o receio de ser apanhado, entre outros, criou um clima favorável para a reflexão em direção a mudança de comportamento. Naturalmente a PRF aproveitou essa excelente oportunidade para maximizar seus resultados.

Não raro, essas abordagens culminaram, também, em ações de combate ao crime, pois delas podem surgir e surgiram desdobramentos vários de prisões, apreensões de armas, drogas, entre outros. Na verdade, o policiamento ostensivo tem o condão de promover segurança em sua plenitude, seja segurança e fluidez do trânsito ou o enfrentamento à criminalidade.

Na verdade, verificou-se que o elemento mais forte de enfrentamento à violência é a fiscalização, pois o crime também circula, tanto pela locomoção de criminosos, quanto pela movimentação de produtos ilícitos.

Apesar dos objetivos institucionais terem sido alcançados há dificuldade estruturais no suporte a atividade fim que não foram resolvidos a contento no exercício relatado e demandará correção em exercícios seguintes.

Além desses gargalos, há também uma boa oportunidade de melhoria em alinhar mais o efetivo com a estratégia de atuação, a qual muitas vezes não traz todo o glamour da atividade policial tradicionalmente apresentadas pela TV e pelo cinema: prisões, viaturas em alta velocidade realizando manobras cinematográficas, entre outras.

A PRF tem o DNA preventivo. Embora tenha sido preparada ao longo dos anos para o enfrentamento à criminalidade com ações e táticas especiais, o dia a dia reclama mais ações preventivas que repressivas. A meta está na fiscalização e não na autuação, na prisão e na apreensão. A fiscalização bem feita, respeitosa, como foco definido por levantamentos estatísticos é fundamental para o aparecimento do principal resultado, qual seja: SALVAR VIDAS.

Prisões, apreensões e autuações são consequências da fiscalização devidamente realizada na hora e no lugar adequado. O alinhamento de cada policial, de cada servidor, com essa filosofia foi trabalhada no exercício, mas merece ganhar contorno mais forte nos anos seguintes.

O maior dos gargalos, no entanto, está na força de trabalho muito aquém das demandas, o qual ainda é muito aquém das necessidades desta UJ, mesmo assim conseguiu-se alcançar excelentes resultados como a redução da violência no trânsito proporcional à frota nos três indicadores (acidentes, feridos e mortos), ampliação significativa nos indicadores de fiscalização de trânsito e alcoolemia, bem como excelentes resultados no combate à criminalidade, com aumento considerável em 13 dos 15 indicadores operacionais, conforme tabelas a seguir:

2.3.1. ACIDENTES DE TRÂNSITO			
INDICADORES	2011	2012	2013
Total Acidentes	3.817	3.751	4.004
Frota Nacional	70.965.139	76.137.191	81.600.729
Acidente/1.000.000 veículos	54,53	49,27	49,06
Varição de Acidentes	-	-9,65%	-0,43%
Mortos	227	239	234
Mortos/1.000.000 veículos	3,24	3,14	2,87
Varição de Mortos	-	-3,07%	-8,60%
Feridos	2.644	2.387	2.516
Feridos/1.000.000 veículos	37,26	31,35	30,83
Varição de Feridos	-	-15,86%	-1,66%

2.3.2. FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO		
TIPO	2012	2013
AIs	57.941	68.353

Veículos recolhidos	3.267	3.637
CNH recolhidas	981	1.354
CRLVs recolhidos	7.236	8.078

2.3.3. INFRAÇÕES E ALCOOLEMIA

PERÍODO	2012	2013
Autuações	57.936	68.353
Alcoolemia	661	871
Prisões	233	324
Testes	19.025	38.598

2.3.4. COMBATE À CRIMINALIDADE

ITEM	MEDIDA	2012	2013
Pessoas Detidas	Unidade	640	914
Maconha	Gramas	650.349	1.483.607
Cocaína	Gramas	95.352	160.518
Crack	Gramas	0	1.702
CD/DVDs	Unidade	10.500	2.617
Cigarro	Pacote	200	300
Informática e Eletrônicos	Unidade	0	3.066
Medicamentos	Unidade	0	214.746
Armas de fogo	Unidade	60	62
Munições	Unidade	546	1.241
Veículos Recuperados	Unidade	99	166
Combustível	Litros	3.000	10.000
Animais Silvestres	Unidade	177	296
Madeira	Metro cúbico	1.389	871
Carga Recuperada	Quilos	25.000	22.000

Dados: PRF/ROD Online

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. Estrutura de Governança

As características e peculiaridades dos trabalhos realizados no âmbito da Administração Pública estão intimamente ligadas às questões da governança, que guardam estreita relação com a gestão de políticas públicas, o exercício de poder de polícia, o controle das execuções orçamentárias, dentre outros.

A governança pública demanda que os governos sejam mais eficazes, não apenas com uma atuação expressiva de sua capacidade de gestão, mas também respeitando os normativos e valores de uma sociedade democrática.

Neste sentido, vejamos alguns conceitos de Governança Pública:

Governança Pública é mais do que uma forma eficaz e eficiente de executar o 'negócio governo', ela está relacionada à legalidade e legitimidade, sendo mais do que valores estritamente empresariais. Governança pública é uma atividade complexa que envolve o 'governo' de complexas redes sociais nos setores políticos.

KICKERT, 1997 (p.732)

Governança Pública é a proteção da inter-relação entre gestão, controle e fiscalização por organizações governamentais e por organizações criadas por autoridades governamentais, visando à concretização dos objetivos políticos de forma eficiente e eficaz, bem como a comunicação aberta e a prestação de contas, para benefício das partes interessadas.

TIMMERS, 2000 (p. 9)

Governança pública é um processo dinâmico pelo qual se dá o desenvolvimento político e através do qual a sociedade civil, o estado e o governo organizam e gerem a vida pública.

BRESSER-PEREIRA, 2001 (p.8)

Diante do contido nos conceitos acima epigrafados, pode-se concluir, em apertada síntese, que o objetivo implícito da Governança Pública é a gestão de recursos públicos para concretizar objetivos políticos e atender o interesse coletivo.

No âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cumpre salientarmos que, as boas práticas administrativas implementadas pela Administração Central do Órgão possibilitam uma gestão dos recursos disponíveis (de pessoal, material, orçamentário e financeiro) de maneira transparente, legítima e acobertada pelos mandamentos legais vigentes, tudo, com vistas ao pleno alcance dos objetivos traçados.

A opção por uma Gestão com fortes traços de Governança proporciona à PRF uma crescente melhora na qualidade de sua execução orçamentária, o que culmina com o aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.

Por fim, esclarecemos que o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, mesmo não contemplando em sua atual estrutura organizacional uma área encarregada especificamente pelo Controle Interno do Órgão, o que se encontra presente no âmbito do Ministério da Justiça. Esta ausência não compromete a regularidade e sucesso dos trabalhos desenvolvidos pela PRF.

A observância dos preceitos legais, o respeito ao interesse coletivo e o comprometimento dos gestores do Órgão fazem com que o planejamento traçado pela Administração Central seja cumprido de maneira eficiente e eficaz.

Sem prejuízo a isso, ressaltamos que a PRF tem envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma estrutura mais adequada às especificidades e competências do Órgão, conforme Projeto de reestruturação do DPRF, o que proporcionará melhoras significativas nos processos conduzidos pela Instituição.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro I – Avaliação do Sistema de Controles Internos

Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ									
ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS					VALORES				
Ambiente de Controle					1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.								X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.							X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.							X		

4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p>Análise Crítica:</p> <p>Preliminarmente, cumpre registrarmos que esta Administração PRF compreende a relevância e pertinência da operacionalização de um adequado sistema de controle interno, o que permite potencializar as informações necessárias com o propósito de fazer análises de natureza procedimental, econômica, financeira, física e de produtividade, concernentes ao gerenciamento dos recursos públicos disponíveis e executados.</p> <p>Como função administrativa, o controle precisa de um sistema de informação e avaliação, com a finalidade de assegurar o cumprimento do planejado, sob pena de a condução dos negócios públicos se transformarem em uma mera improvisação.</p> <p>Embora o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, atualmente, não possua em sua estrutura organizacional uma Área com atribuições específicas voltadas para a implementação e acompanhamento do Sistema de Controle Interno, o que se encontra presente no âmbito do Ministério da Justiça, estes trabalhos</p>					

não se encontram prejudicados, pois a PRF é constantemente auditada pela Controladoria Geral da União – CGU e pelo Tribunal de Contas da União, Órgãos de Fiscalização Governamental, o que permite a realização das análises e acompanhamentos devidos.

Cabe ressaltar que a alta Administração tem envidado todos os esforços possíveis no sentido de dotar a Instituição de uma área própria de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF.

Quanto ao código de conduta, informamos que o DPRF orienta seus servidores pelo Decreto Nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Tal instrumento (que por se tratar de dispositivo legal em vigor, já pressupõe prévio conhecimento por parte dos servidores públicos) é abordado na disciplina Ética e Cidadania, do Curso de Formação Profissional do DPRF. Além disso, alguns de seus preceitos são comumente reiterados pela Comissão de Ética do DPRF (cujos membros são designados por Portaria Interna) e através de ações de Corregedoria Participativa. Destaca-se em 2013 a realização de capacitação para gestores da PRF (Direção-Geral e Superintendentes) acerca da temática Ética no Serviço Público.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 Remuneração Paga a Administradores

3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

3.3.3 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

3.4 Sistema de Correição

O Sistema de Correição da UJ tem previsão na Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, que aprovou o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, e sua apresentação atende ao disposto no subitem 3.4 da Portaria - TCU nº 175, de 9 de julho de 2013. A estrutura do Sistema de Correição da Polícia Rodoviária Federal é integrada pela Corregedoria-Geral, com sede em Brasília/DF, e por 26 (vinte e seis) unidades correicionais desconcentradas distribuídas pelos diversos estados da Federação e Distrito Federal. Nos termos do artigo 92 do Regimento Interno do DPRF, compete à Corregedoria Regional:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correicionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;

III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;

IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

VI - elaborar e manter atualizado os relatórios da área correicional da Unidade Regional;

VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correicionais de servidores da Superintendência;

VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;

IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

X - elaborar estatísticas de interesse da área correicional e relatórios de gestão;

XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correicionais;

XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;

XIII - auxiliar na gestão do orçamento correicional;

XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e

XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Dentro de suas competências, a Corregedoria cumpre e zela pela boa prestação do serviço de segurança pública, em atendimento às normas e regulamentos do órgão, em especial o que estabelece a Lei 8.112, datada de 11 de dezembro de 1990, que trata sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

A Corregedoria Regional está subordinada diretamente à Superintendência Regional e possui em sua estrutura o Núcleo de Assuntos Internos (NUAI). Este, por sua vez, subordina-se à Corregedoria Regional e tem por competências, conforme artigo 93, do regimento interno:

I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;

II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;

III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;

IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;

V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e

VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

O efetivo da Corregedoria Regional está assim distribuído: 01 Chefe titular, 01 Chefe substituto, 01 servidor administrativo, 03 servidores integrantes de Comissões de Processos Administrativos Disciplinares, e 03 servidores em exercício no Núcleo de Assuntos Internos, o que totaliza 09 servidores, sendo, salvo o servidor administrativo, todos ocupantes do cargo de policial rodoviário federal.

É responsável pela instauração de procedimentos disciplinares o Superintendente Regional desta UJ, nos casos que envolvam servidores lotados no seu estado de atuação, e a Corregedora-Geral da PRF, nos casos que envolvam servidores da unidade central e nas situações em que haja impedimentos por parte da autoridade regional, bem como do Chefe da Corregedoria Regional.

Quanto ao julgamento, a autoridade que instaurou o procedimento possui competência para julgar processos em que a sugestão de penalidade da comissão de processo administrativo disciplinar tenha sido de advertência, ou de suspensão por até 30 (trinta) dias. Casos em que as penalidades sugeridas extrapolem esse quantitativo são julgados pelo Ministro de Estado da Justiça.

Abaixo estão os resultados obtidos no ano de 2013 pela Corregedoria Regional da PRF no Ceará:

PROCEDIMENTOS INSTAURADOS – 2013	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	45	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	0	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	45	CR/16^a
CITAÇÃO/INDICIAMENTO – 2013	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	32	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	0	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	32	CR/16^a
PROCEDIMENTOS JULGADOS – 2013	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	41	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	0	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	41	CR/16^a
PROCEDIMENTOS ANULADOS ADMINISTRATIVAMENTE – 2013	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	2	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	0	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	2	CR/16^a
PROCEDIMENTOS ANULADOS JUDICIALMENTE – 2013	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	0	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	0	CR/16^a
PROCEDIMENTOS DE REVISÃO – 2013	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	0	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	0	CR/16^a
PROCEDIMENTOS EM RECONSIDERAÇÃO/RECURSO HIERÁRQUICO – 2013	Quantidade	Fonte

Processos Administrativos Disciplinares:	11	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	0	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	11	CR/16 ^a
PROCEDIMENTOS EM DECISÃO RECONSIDERAÇÃO/RECURSO HIERÁRQUICO – 2013	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	0	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	0	CR/16 ^a
PROCEDIMENTOS EM AVOCAÇÃO/REQUISICÃO PELA CGU – 2013	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	0	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	0	CR/16 ^a
PROCEDIMENTOS EM DECISÃO REVISÃO DO PROCESSO – 2013	Quantidade	Fonte
Processos Administrativos Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Sindicâncias Administrativas Disciplinares:	0	CR/16 ^a
Ritos Sumários:	0	CR/16 ^a
Total de Procedimentos:	0	CR/16 ^a
RESULTADO DE JULGAMENTOS – 2013	Quantidade	Fonte
Advertências:	12	CR/16 ^a
Suspensões:	14	CR/16 ^a
Demissões:	1	CR/16 ^a
Cassações de Aposentadorias:	1	CR/16 ^a
Notas de Culpa	0	CR/16 ^a
Absoluções:	27	CR/16 ^a
NÚMEROS DIVERSOS – 2013	Quantidade	Fonte
Processos Pendentes:	32	CR/16 ^a
Operações da Corregedoria:	0	CR/16 ^a
Prisões de Servidores:	0	CR/16 ^a
Orçamento:	61.670,06	CR/16 ^a

Complementando os números apresentados acima, destacamos que a Corregedoria Regional desta UJ ocupa posição de destaque

nacional. Com 32 processos administrativos disciplinares em andamento ao fim de 2013 e 473 servidores lotados na regional, a relação entre processos e servidores, portanto, é de 6,8%, o que elevou a Seção de Corregedoria do Ceará para o 2º lugar entre as corregedorias regionais de todas as superintendências da PRF no país.

Ademais, ressaltamos o apoio da Corregedoria Regional do Ceará às áreas operacionais, agindo preventiva e repressivamente em operações de âmbito nacional e regional, como as Operações Carnaval e Semana Santa, bem como o estreito relacionamento e irrestrito apoio deste setor às demandas da Corregedoria-Geral, principalmente no tocante à cessão de servidores para as mais diversas atividades correicionais.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A Corregedora Regional desta UJ tem como uma de suas finalidades, com vistas aos princípios da administração pública, tais como os da legalidade e eficiência, a observância de todos os normativos adstritos à seara correicional, como os registros das informações relativas a processos disciplinares no sistema CGU-PAD, nos moldes do art. 4º da Portaria nº 1.043/2007-CGU. Salienta-se que todos os processos disciplinares sob responsabilidade deste setor estão devidamente atualizados no referido sistema.

Ademais, esta Corregedoria Regional procura zelar pela integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações registradas, conforme preconiza o art. 5º da portaria supramencionada.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Preliminarmente, cumpre registrar que os trabalhos desenvolvidos pela Administração Central do DPRF/MJ possibilitam a implementação/consolidação de uma gestão transparente, legítima, eficiente e acobertada pelos mandamentos legais vigentes.

A adoção, pela PRF, de uma Gestão com fortes traços de Governança proporciona ao Órgão uma evolução significativa na qualidade e quantidade dos serviços prestados à sociedade.

Neste norte, considerando a necessidade de se acompanhar a problemática da violência no trânsito das rodovias federais, de modo a avaliar a efetividade das ações institucionais da PRF, foram definidos os indicadores **Taxa de Mortalidade e Taxa de Acidentes Graves**.

A Taxa de Mortalidade e a Taxa de Acidentes Graves equivalerão ao número de mortes e o número de acidentes graves, respectivamente, por um milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.

Paralelamente a isso, objetivando o monitoramento das condições de trafegabilidade das rodovias federais, pontuando as interferências à livre circulação do trânsito nas BRs e identificando as providências adotadas pela PRF, criou-se o indicador **Interdição de Rodovia**, que resultará da ponderação da tabulação dos dados dessas interferências na via.

Assim, serão considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado, o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito, entre outros fatores.

Com intuito de se verificar a contribuição da PRF para a redução da criminalidade e da violência no país, criou-se os indicadores **Pessoas Detidas, Veículos Recuperados** e do **Quadro de Apreensões de drogas, contrabando e descaminho, armas e relacionadas a crimes ambientais**.

Para aferir o nível de percepção de segurança dos usuários das rodovias federais foi criado o indicador **Percepção de Segurança**, que será medido a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.

A análise dos resultados extraídos dos indicadores utilizados pela PRF proporcionará um justo monitoramento e avaliação do funcionamento do modelo de governança adotado pelo Órgão, assim como permitirá a avaliação da efetividade dos controles internos na garantia do alcance de seus objetivos estratégicos estabelecidos.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das despesas

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

Importante salientar que os quadros constitutivos do item 4 do anexo II da DN TCU Nº 127/2013 que não se aplicam a esta regional não serão objeto de transcrição ou análise do tópico em tela, a exemplo de quadros relativos a programação de despesas, movimentação orçamentária externa, reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, suprimimento de fundos, diárias de colaborador eventual, renúncias tributárias, gestão de precatórios, dentre outros.

4.1.1 Programação Orçamentária da Despesa

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

4.1.3 Realização da Despesa

As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas em um conjunto de demonstrativos, que se subdividem em quadros, conforme a origem do crédito. Salientamos que a UJ não possui créditos originários da Lei orçamentária, trabalhando apenas com créditos recebidos por movimentação interna, sendo aplicável apenas o preenchimento dos seguintes quadros:

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:

- a. Despesas por Modalidade de Contratação;
- b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
- c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

O conjunto de demonstrativos relacionados acima é composto por três (3) quadros semelhantes: Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

Realização da Despesa com Créditos Originários

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados **Diretamente pela UJ**

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	9.067.004,36	6.542.819,22	4.038.506,06	3.874.987,87
a) Convite		13.039,13		164.374,51
b) Tomada de Preços	103.563,84	1.988.204,57	41.145,36	164.374,51
c) Concorrência	3.053.654,53		461.634,77	
d) Pregão	5.909.785,99	4.541.575,52	3.535.725,93	3.546.238,85
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	730.196,05	678.222,64	660.344,56	574.201,87
h) Dispensa	488.283,83	555.211,74	454.342,61	476.288,93
i) Inexigibilidade	241.912,22	123.010,90	206.001,95	97.912,94
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos				

4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.941.477,27	1.439.621,10	1.941.477,27	1.439.621,10
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	1.941.477,27	1.439.621,10	1.941.477,27	1.439.621,10
5. Outros	271.792,96	84.835,12	267.207,16	84.493,90
6. Total (1+2+3+4+5)	12.010.470,64	8.745.498,08	6.907.535,05	5.973.304,74

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal								
08 - Outros Benefícios	44.369,76	97.788,12	44.369,76	97.788,12			44.369,76	97.788,12
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
14 - Diárias	1.941.477,27	1.439.621,10	1.941.477,27	1.439.621,10			1.941.477,27	1.439.621,10
30 - Material de Consumo	1.395.167,06	1.012.801,77	1.059.791,44	747.468,22	335.375,62	265.333,55	816.011,65	742.620,05
33 - Passagens	1.117.450,51	233.514,79	967.879,15	211.931,20	149.571,36	21.583,59	863.466,04	211.931,20
37 - Locação de Mão de Obra	1.344.664,12	1.521.961,09	1.147.425,02	1.398.219,48	197.239,10	123.741,61	1.112.691,38	1.388.829,64
39 - Serviços de Terc.PJ	4.955.862,88	1.509.375,62	1.876.381,21	1.234.662,56	3.079.481,67	274.713,06	1.854.313,66	1.172.190,20

<i>Demais elementos do grupo</i>	209.337,77	84.851,39	207.206,88	82.175,03	2.130,89	2.676,36	207.206,88	82.175,03
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
51 - Obras e Instalações	103.563,84	1.988.204,57	41.145,36	164.374,51	62.418,48	1.823.830,06	41.145,36	164.374,51
52 - Material Permanente	890.678,43	950.777,75	23.438,85	607.188,50	867.239,58	343.589,25	18.954,05	607.188,50
Demais elementos do grupo	7.899,00		7.899,00		-		7.899,00	
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte.: SIAFI GERENCIAL

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Analisando o Quadro comparativo 2012-2013 de Despesas por Modalidade de Contratação observa-se redução significativa das despesas por Contratação Direta na modalidade de dispensa de licitação, tanto em referência à quantidade como no valor contratado, o valor de maior representatividade refere-se ao fornecimento de energia elétrica.

A Instrução Normativa MPOG nº 02/2008 representou um avanço, uma vez que modificou a forma de contratação de mão de obra para a prestação de serviços de natureza continuada, implicando na redução dos valores contratados. No entanto, a contratação de mão de obra continua a

representar o maior volume de gastos no grupo de natureza de despesa “3 – outras despesas correntes”, essenciais para o desempenho das atividades atribuídas a esta Unidade.

Diferentemente do exercício de 2012 não houve incremento no volume da despesa no elemento de despesa “52 - equipamentos e material permanente”, do grupo de natureza de despesa “4 - investimentos”, permanecendo relativamente constante. Neste caso, as quantidades de viaturas a serem adquiridas por cada Unidade Gestora são fixadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cabendo as suas Unidades a efetivação da aquisição.

O planejamento desta Unidade volta-se, precipuamente, para aquelas atividades mantenedoras das condições essenciais para o desenvolvimento de suas atribuições. O incremento de nova despesa, que envolva considerável quantidade de recursos, fica a cargo do planejamento nacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Desta forma, diante do volume de despesa executado, frente a previsão orçamentária da despesa do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, esta Unidade não encontra maiores dificuldades na disponibilização de recursos para execução das ações. Não significa dizer que estamos diante de situação ideal para atingimento do interesse público, haja vista que a situação ideal implicaria, dentre outros fatores, em um aumento significativo de efetivo.

Dentre as dificuldades enfrentadas no desempenho de suas funções durante o transcorrer do exercício em análise, merece destaque, mais uma vez, a exemplo do acontece em exercícios anteriores, a carência de efetivo da qual padece esta Unidade. O reduzido número de servidores lotados nesta Unidade reflete tanto no desempenho da atividade fim atribuída a esta 16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, como no desempenho das atividades administrativas, que servem de suporte a atividade fim.

Salientamos que os números refletem a execução da despesa no tocante a concentração de esforços na manutenção das atividades através de contratos de prestação de serviços administrativos e de tecnologia (terceirizados, água, luz, telefone, correios, imprensa nacional, Internet, impressão, suporte de informática, etc) assim como atividades de suporte operacional, manutenção de viaturas, combustíveis, serviços veterinários, manutenção e aferição de radares e etilômetros, e diárias administrativas e operacionais.

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

4.2.1 Análise Crítica

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

O demonstrativo abaixo refere-se à execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, desde o exercício subsequente ao da inscrição até o exercício 2013.

O Quadro A.4.3. abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício 2013, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2013, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir.

QUADRO A.4.3 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 76.710,37	R\$ 67.320,53		R\$ 9.389,84
2011	R\$ 49.549,13		R\$ 2.599,92	
2010				
2008	R\$ 595,89		R\$ 595,89	R\$ 0,00
2007	R\$ 592,80		R\$ 592,80	R\$ 0,00
2006	R\$ 326,39		R\$ 326,39	R\$ 0,00
2003	R\$ 17.949,00		R\$ 17.949,00	R\$ 0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 2.859.857,48	R\$ 1.662.239,57	R\$ 8.115,15	R\$ 1.189.502,76
2011	R\$ 337.045,55	R\$ 163.094,91	R\$ 156.946,23	R\$ 17.004,41
2010	R\$ 137.842,00	R\$ 137.842,00		R\$ 0,00
2008				
2007				

2006				
2003				

4.3.1 Análise Crítica

Os restos a pagar processados em exercícios anteriores de 2003 a 2010 foram tratados com bastante atenção em 2013. Atendendo a demanda do Plano Permanente de Providências, criado pela Regional visando trabalhar os controles internos afetos aos aspectos contábeis, orçamentários e de gestão, foi realizada uma análise pormenorizada dos restos a pagar de exercícios anteriores.

Os saldos referentes aos RPs processados reinscritos de 2003 a 2010, após análise processual e reuniões de gestão junto ao Núcleo de Apoio Técnico e Superintendência, foram cancelados, haja vista o exaurimento da possibilidade de efetivo pagamento das despesas através dos mecanismos processuais atuais assim como o dilatado prazo de liquidação. No que se refere aos RP Processados de 2011 deverá ser objeto de uma análise mais acurada para regularização, haja vista tratar-se de processo de pagamento de empresa terceirizada que envolve ação trabalhista. Esta questão será tema de breve reunião e abertura de procedimento resolutivo ainda durante o primeiro semestre de 2013.

No que se refere aos RP não processados, a regional apresenta um passivo de 2012 que faz parte de ação a ser analisada no âmbito do plano de providências permanente, haja vista estes ainda encontrarem-se em prazo de liquidação de acordo com o previsto pelo Decreto nº 93.872/86 e Macrofunção 020317 – Tesouro Nacional: *“6.1 Os restos a pagar inscritos no final do exercício anterior quando não efetivamente liquidados ou colocados em processo de liquidação, terão validade até o dia 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição.”*

Por fim, salientamos que nesta seara foram realizados esforços no sentido de regularizar todas as inscrições de empenhos, restando apenas os que efetivamente encontram-se em processo de liquidação (hipóteses do art. 35 do Dec.93.872/86) ou que atendam ao exarado no art. 68 do Dec. 93.872/86.

4.4 Transferências de Recursos

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

4.4.5 Análise Crítica

4.5 Suprimento de Fundos

4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

4.5.5 Análise Crítica

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

4.6.1 Benefícios Financeiros e Creditícios

4.6.1.1 Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação

4.6.1.2 Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica

4.6.1.2 Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica

4.6.2 Renúncias Tributárias

4.6.2.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ - Identificação

4.6.2.2 Valores Renunciados e Contrapartida

4.6.2.3 Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário

4.6.2.4 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia

4.6.2.5 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária

4.6.2.6 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

4.6.2.7 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

4.6.2.8 Comunicações à RFB

4.6.2.9 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

4.6.2.10 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

4.6.2.11 Fiscalizações Realizadas pela RFB

4.7 Gestão de precatórios

4.7.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	0	6	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	Não há	Não há
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	453	6	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	453	5	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	Não há	Não há
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	1	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	Não há	Não há
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	Não há	Não há
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	454	6	3

Fonte: SIAPE

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	4
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	4
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	5
Fonte: SIAPE e SIAPENET módulo Saúde	

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

**QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ
(SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	1	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	1	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	1	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	Não há		
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	Não há		
1.2.5. Aposentados	Não há	Não há		
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	27	16	16
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há		
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	1	1	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	29	17	16

Fonte: SIAPE

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

**QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	30	197	149	65	14
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Servidores de Carreira	30	197	149	65	14
1.3. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	18	10	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	1	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	18	10	0	0
3. Totais (1+2)	30	215	160	65	14

Fonte: SIAPE

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	5	145	276	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Provimento de Cargo em Comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	7	20	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	5	152	297	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2013	47.615.329,93	0	4.153.318,18	1.494.556,64	2.066.770,77	1.614.358,03	7.163,63	24.267,70	109.365,50	57.085.130,38
	2012	40.318.816,52	0	3.513.711,32	1.266.704,77	1.487.539,36	1.419.168,20	7.195,47	634,79	140.072,77	48.153.843,20
	2011	40.039.165,06	0	3.381.201,55	1.349.369,85	1.488.759,01	1.475.484,71	15.937,32	0	166.090,22	47.916.007,72
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	75.815,48	0	6.533,51	3.973,14	4.545,00	1.211,20	0	0	0	92.078,33
	2012	70.600,84	0	6.438,55	3.667,36	3.648,00	960,00	0	0	0	85.314,75
	2011	65.024,80	0	5.646,48	1.750,16	6.648,00	960,00	0	0	0	80.029,44
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	133.109,28	30.578,76	13.640,67	4.546,89	19.239,35	3.603,87	0	0	0	204.718,82
	2012	126.529,68	29.102,72	12.969,37	4.323,12	27.882,05	2.873,00	0	0	386,61	204.066,55
	2011	52.720,70	13.093,23	12.969,37	0	6.765,55	1.105,00	0	0	0	86.653,85

Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	3.116.913,97	97.732,90	288.733,84	89.471,93	133.099,00	90.515,08	635,28	859,46	1.790,80	3.819.752,26
	2012	3.145.920,88	96.156,02	287.382,45	107.914,12	110.176,00	73.443,35	3.856,48	985,20	3.290,25	3.829.124,75
	2011	3.195.949,29	90.746,64	293.780,90	90.465,39	106.866,00	128.348,66	3.253,18	0	11.618,77	3.921.028,83

Fonte: SIAPE

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	9	1
1.1 Voluntária	8	1
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	0	0
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	9	1

Fonte: SIAPE

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral	3	0
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	5	0
3. Total (1+2)	8	0

Fonte: SIAPE

5.1.5 Cadastramento no Sisac

No que diz respeito a todas as informações relativas ao SISAC, informo que a unidade responsável pelo registros dos atos de admissão, aposentadorias e pensões, nestes incluídos as alterações de fundamento legal que ensejam registro no SISAC, é a Coordenação-Geral de Recursos Humanos/DPRF/MJ. Esta unidade jurisdicionada apenas instrui os processos pertinentes e os encaminham àquela Unidade, onde será analisado o amparo legal, seguido da publicação do ato concessório e registro no SISAC.

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O controle interno para detectar possível acumulação de cargos públicos no âmbito desta UJ é realizado preventivamente através de documentação quando da posse em cargo público, em que é exigido do servidor empossado ato de desligamento de cargo/emprego público anterior e que não seja possível acumulação. O Sistema de Administração de Pessoal (SIAPE) ainda não possui ferramentas que permitem a comunicação com outros entes federativos, à exceção do Distrito Federal, que também utiliza o SIAPE. Tal limitação dificulta o procedimento, muito embora já procedermos ao recadastramento de servidores ativos, sem que houvesse qualquer indício.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não houve casos de acumulação indevida durante o período desta gestão.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

No que tange aos indicadores gerenciais sobre recursos humanos, cabe dizer que foi regulamentado, por meio da Instrução Normativa nº 40, de 21 de março de 2014, os critérios de distribuição dos cargos da carreira de Policial Rodoviário Federal nas unidades da PRF.

Informa-se, por oportuno, que há propostas para serem desenvolvidos outros indicadores, tendo sido designados servidores para o estudo e aprovação de propostas, as quais estão em sintonia com o Plano Diretor e com o Planejamento Estratégico deste Órgão.

Espera-se que, até o final do presente exercício, os mencionados indicadores gerenciais sobre recursos humanos já tenham sido devidamente implementados, de modo que no próximo relatório de gestão possamos explicitá-los.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Agente administrativo	15	21	23	15	21
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
<p>Em 2013, foi realizada nova licitação do contrato de apoio administrativo. A quantidade de postos de trabalho caiu, de 2012 a 2013, de 21 para 15. Os serviços de apoio administrativo contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, caracterizando-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal deste órgão licitante. Os referidos serviços não são abrangidos pelo Plano de Cargos deste órgão, não constituem missão institucional deste órgão e não implicam em limitação do exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público, exercício do poder de polícia ou manifestação da vontade do Estado pela emanção de atos administrativos.</p> <p>Contudo, está sendo realizado um concurso para a contratação de agentes administrativos, com previsão de realização no segundo semestre de 2014, após o qual serão dispensados os terceirizados na condição de apoio administrativo.</p>					

Fonte: Seção Administrativa e Financeira/16ª SRPRF/CE

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: 16a Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200112						CNPJ: 00.394.494/0107-94							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	01/2012	09.171.237/0001-24	16/01/12	16/01/14	25	21					A
2012	V	O	16/2012	07.249.612/0001-61	09/07/12	08/07/14	*	*					A

Observações: Em 16 de abril de 2013, foi publicado no Diário Oficial da União o 2º Termo Aditivo do Contrato nº 01/2012, cujo objeto foi a supressão das metragens das áreas interna e externa, que resultou na diminuição de 04 (quatro) funcionários contratados.

O Contrato nº 16/2012 não exige nível de escolaridade, porém exige a comprovação de formação técnica da mão- de- obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIAFI GERENCIAL

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: 16a Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200112							CNPJ: 00.394.494/0107-94						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	12	O	05/2011	07.783.832/0001-70	02/05/11	01/05/13	10	6	25	22			E
2013	12	O	11/2013	09.019.150/0001-11	12/07/13	11/07/14	2	2	15	15			A
2013	12	O	12/2013	09.019.150/0001-11	12/07/13	11/07/14	1	1					A
2013	5	O	13/2013	14.828.536/0001-04	12/07/13	11/07/14			1	1			A
2013	12	O	14/2013	05.485.352/0001-06	12/07/13	11/07/14			1	1			A
2013	3	O	16/2013	05.485.352/0001-06	01/10/13	30/09/14			2	2			A
2012	1	O	16/2012	07.249.612/0001-61	09/07/12	08/07/14	*	*					A
<p>Observações: O Contrato n° 05/2011 tinha como objeto os seguintes cargos: Auxiliar Administrativo, Copeiro, Eletricista, Recepcionista, Suporte Operacional de Hardware e Software, Digitador, Operador de Micro, Coordenador de Serviços Terceirizados.</p> <p>O Contrato n° 11/2013 tem como objeto os seguintes cargos: Auxiliar Administrativo, Copeiro e Auxiliar em Manutenção Elétrica.</p> <p>O Contrato n° 12/2013 tem como objeto o cargo de Motorista de Veículos Leves.</p> <p>O Contrato n° 14/2013 tem como objeto o cargo de Técnico em Secretariado.</p>													
LEGENDA							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.**Fonte: SIAFI GERENCIAL**

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

A 16ª SRPRF-CE instruiu os processos administrativos nº 08.653.000.950/2013-94 e 08.653.000.670/2013-86, referentes às empresas D&L e Brasili, respectivamente, para apuração de descumprimento contratual, com observância da garantia de ampla defesa e contraditório, e foram aplicadas as seguintes sanções administrativas:

A empresa D&L Serviços e Construções Ltda. foi multada em 5% (cinco por cento) sobre o valor de R\$ 612.787,92 (seiscentos e doze mil, setecentos e oitenta e sete reais, noventa e dois centavos), nos termos do artigo 87, inciso II, da Lei 8.666/93, por desatendimento das seguintes cláusulas 4.1.1 e 4.1.28 do Contrato nº 01/2012, atinente à prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos, para o exercício de 2012, conforme publicação da Portaria nº 180, de 08 de abril de 2013, no Boletim de Serviço nº 21.

A empresa Brasili Segurança de Valores Ltda. foi multada no valor de R\$ 1.987,04 (um mil, novecentos e oitenta e sete reais e quatro centavos), nos termos do artigo 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93, por desatendimento das cláusulas 4.1.13 e 4.1.14 do Contrato nº 16/2012, atinente à prestação de serviços de vigilância armada, conforme publicação da Portaria nº 181, de 11 de abril de 2013, no Boletim de Serviço nº 21.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

A frota de veículos administrada pela 16ª SRPRF/CE se resume basicamente a viaturas de uso operacional e a veículos descaracterizados, sendo os últimos utilizados para atividades de inteligência e correção, bem como, para atender a necessidade de deslocamentos dos integrantes das seções e núcleos na vida vegetativa da Superintendência.

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
No âmbito da Polícia Rodoviária Federal, o uso de veículos encontra-se disciplinado pela Instrução Normativa nº 07, de 08 de dezembro de 2011, a qual dispõe sobre a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da PRF.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;
Devido à missão institucional da Polícia Rodoviária Federal, seja ela, *promover a segurança viária nas rodovias e estradas federais sob sua circunscrição*, torna-se clara a importância de uma gestão de frota com vistas ao alcance da máxima eficiência possível, pois, caso esses veículos não estejam em razoáveis condições de uso, a grande parte das ocorrências atendidas pela PRF não lograriam o padrão de qualidade desejado.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Grupo	2013	2012
Viaturas Operacionais	155	115
Viaturas Administrativas	34	33

Fonte: NUSEG/16ª SRPRF/CE

Aquisições e Baixas	2013	2012
Viaturas Adquiridas	52	28
Viaturas Baixadas	23	11

Fonte: NUSEG/16ª SRPRF/CE

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Grupo	2013	2012
Viaturas Operacionais	9.545 km	11.379 km
Viaturas Administrativas	7.721 km	4.890 km

Fonte: NUSEG/16ª SRPRF/CE

- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Grupo	2013	2012
Viaturas Operacionais	5,006 anos	6,71 anos
Viaturas Administrativas	9,11 anos	9,84 anos

Fonte: NUSEG/16ª SRPRF/CE

- f) Custos associados à manutenção da frota

Grupo	2013	2012
Gastos com Manutenção	R\$ 408.131,60	R\$ 365.732,37
Custo do Combustível	R\$ 1.034.502,56*	R\$ 584.532,59

Fonte: NUSEG/16ª SRPRF/CE

* Desse valor, R\$ 311.537,73 foram destinados à 7ª SRPRF/PR, conforme acordo entre o Coordenador Geral de Administração e os respectivos superintendentes, da 7ª e 16ª SRPRF/CE, conforme Memorando nº 09/2013 – NUGAFN.

- g) Plano de substituição da frota;

No âmbito da 16ª SRPRF/CE a substituição da frota é realizada mediante uma confrontação entre o orçamento necessário para manutenção do veículo e o benefício que essa manutenção traria a essa unidade. Pois, por se tratarem em sua grande maioria de veículos operacionais, muitas vezes

não é razoável considerar apenas a depreciação contábil para essa substituição. Porém, há casos em que uma viatura, mesmo após os cinco anos de uso, e pela boa qualidade das manutenções preventivas, preditivas e corretivas, continua em boas condições.

Assim, após realizada essa análise, levando-se em consideração a quilometragem total acumulada do veículo, a recorrência com que este veículo apresenta necessidade de manutenção, opta-se pela manutenção deste na frota ou pela sua baixa, a qual é realizada por meio licitação pública na modalidade Leilão.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

No que tange ao processo de aquisição de veículos, sejam operacionais ou para atender as demandas administrativas, este processo é realizado centralizadamente pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, conforme Memorando nº 01/2012-Gestão UCC, de 03 de maio de 2012. Após entregues, esses veículos são distribuídos às regionais conforme prioridade estabelecida pelo próprio departamento.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Os principais controles referentes a gestão da frota de veículos da 16ª SRPRF/CE são realizados pelo Núcleo de Serviços Gerais, NUSEG/16ª SRPRF/CE, núcleo esse que entre suas diversas atribuições é responsável por promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição, promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos e promover o gerenciamento da frota de veículos.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

A 16ª SRPRF/CE não possui veículos terceirizados.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	CEARÁ	Σ	Σ
	Aracati	01	01
	Boa Viagem	01	01
	Caucaia	01	01
	Chorozinho	01	01
	Fortaleza	01	01
	Icó	02	02
	Irauçuba	01	01
	Jaguaribe	01	01
	Milagres	01	01
	Russas	01	01
	Croatá	01	01
	Sobral	01	01
	Tianguá	01	01
Subtotal Brasil		15	15
EXTERIOR	Não se aplica		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		15	15

Fonte: NUPAT/16ª SRPRF/CE

Atualmente a 16ª SRPRF/CE ocupa o imóvel cedido pelo DNIT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes localizado no Km 6, da BR116/CE, no bairro Cajazeiras, CEP 60864-012.

A distribuição geográfica dos bens imóveis encontra-se disposta no Quadro A.6.2.1, a qual coincide com as delegacias e postos de serviços responsáveis pelas atividades operacionais da 16ª SRPRF/CE, além do edifício sede, localizado conforme o parágrafo anterior.

Na seara de cessão de uso de imóveis a terceiros, atualmente a 16ª SRPRF/CE não possui instalações cedidas para uso de outras instituições.

No ano de 2013, foi gasto com limpeza e conservação dos imóveis utilizados pela 16ª SRPRF/CE o montante de R\$ 543.446,16, referente ao contrato nº01/2012, processo 08653.004.562.2011-11, firmado com a empresa D&L Serviços e Construções LTDA, CNPJ nº 091722370001/24. Tal empresa é responsável por promover a limpeza e a conservação dos 15 (quinze) imóveis sob a responsabilidade da 16ª SRPRF/CE.

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200112	1239.00002.500-7	12	3	3.360,00	-	Não consta no SPIUNET	0	0
200112	1321.00035.500-0	12	3	52.938,75	-	Não consta no SPIUNET	0	0
200112	1347.00013.500-4	12	3	23.347,20	-	Não consta no SPIUNET	0	0
200112	1355.00033.500-4	12	3	34.066,00	-	Não consta no SPIUNET	0	0
200112	1373.00012.500-8	12	3	85.298,40	-	Não consta no SPIUNET	0	0
200112	1389.00509.500-6	12	3	5.572.549,02	-	Não consta no SPIUNET	599.833,15	0
200112	1409.01287.500-1	12	3	44.436,00	-	Não consta no SPIUNET	0	0
200112	1409.01288.500-7	12	3	40.776,00	-	Não consta no SPIUNET	0	0
200112	1423.00013.500-3	12	3	1.280,00	-	Não consta no SPIUNET	0	0
200112	1439.00041.500-2	12	3	4.200,00	-	Não consta no SPIUNET	0	0
200112	1467.00008.500-8	12	3	4.080,00	-	Não consta no SPIUNET	0	0
200112	1573.00057.500-0	12	3	15.480,00	-	Não consta no SPIUNET	0	0
200112	1549.00003.500-9	12	3	3.600,00	-	Não consta no SPIUNET	0	0
200112	1559.00392.500-2	12	3	6.720,00	-	Não consta no SPIUNET	0	0
200112	1569.00008.500-0	12	3	1.680,00	-	Não consta no SPIUNET	0	0
Total				5.893.811,37			0	0

Fonte: SPIUNET

Análise Crítica:

No ano de 2013, assim como em 2012, inexistiram bens imóveis de propriedade da União, formalmente sob a responsabilidade da 16ª SRPRF/CE. Os imóveis que se encontram no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de uso especial da União – SPIUnet são 13 Unidades Operacionais, 01 sede de Delegacia e um edifício sede (uso compartilhado com o DNIT).

No que diz respeito a avaliação destes imóveis, para atender demanda da Secretaria de Patrimônio da União, constante do Ofício-Circular nº 001/2012/GAB/SPU/CE, de 06 de julho de 2012, atualmente encontra-se instruído o processo nº 08653.000900/2013-15, o qual tem por objetivo regularizar e atualizar o valor dos imóveis utilizados pela 16ª SRPRF/CE.

A grande dificuldade em relação à gestão de imobilizados na UJ é a ausência de avaliadores de bens imóveis nos quadros da Secretaria de Patrimônio da União do Ceará, o que impossibilita realizar a devida avaliação destes bens. Além disto, a falta de capacitação, em especial no que tange à utilização do sistema SPIUnet, bem como a falta de procedimentos claros na gestão destes ativos, tornam esta tarefa extremamente árdua.

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Análise Crítica:

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Análise Crítica:

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

As informações desta seção são de competência da Coordenação Geral de Planejamento e Modernização do DPRF, de forma que deverão estar contidas no relatório de gestão da Sede Central. O único item que foi possível de preenchimento por esta UJ foi o item 7, que trata das contratações de TI.

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados
7. Em relação às contratações de serviços de TI: <i>utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</i>
(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(2) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)
Comentários
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.

7.1.1 Análise Crítica

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A primeira parte do quadro A.8.2 não pôde ser preenchida em razão de não ter havido a adesão, por parte da UJ, a quaisquer programas de sustentabilidade no exercício de referência.

A parte do quadro A.8.2 que trata do quantitativo de papel, água e energia elétrica não foi possível de ser preenchido em razão da inexistência de sistemas informatizados que viabilizassem a realização do levantamento em tempo hábil para a entrega deste relatório e sem riscos de inconsistências de dados.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
	Nas licitações é incluída a obrigação de a empresa atender à IN nº 01/2010/CLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, no que couber.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			

3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		X			
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			Não foi possível precisar a economia em razão de que está sendo realizada uma reforma no Centro de Treinamento que se localiza na área desta regional. Contudo, a mera substituição das centrais de ar condicionado por split resultou em uma economia de energia de cerca de 35% somente na sede desta regional, de um mês para o outro. Além disso, com algumas retificações na instalação elétrica das unidades distribuídas no interior do Estado, vislumbra-se uma economia em torno de 12%.
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			Cerca de 10% do total de papel adquirido em 2013 foi reciclado.
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).				X	

<p>9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 	X				
<p>10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.</p>			X		
<p>11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>	X				
<p>12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>		X			
<p>Considerações Gerais: O questionário foi respondido em grupo, por representantes da Seção Administrativa Financeira, Agente de Infraestrutura Predial, Presidente da Comissão de Licitação e pelo Chefe do Núcleo de Patrimônio.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Não há como mensurar com exatidão se são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de bens e produtos em razão de que estes são normalmente adquiridos por meio participação em registros de preço, nos quais é praticamente inviável ao participante avaliar estes critérios. 2. Os projetos de obras atualmente em execução foram elaborados em 2008 – 2010, de forma que não previam exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. 					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

O quadro a seguir trata de dados relativos a informações sobre o consumo de recursos como água, energia elétrica e papel em âmbito regional. Importante ressaltar que a unidade está condicionada a limites orçamentários impostos pelo DPRF para despesas com custeio de água, energia e material de consumo. No exercício de referência do relatório a disciplina dos limites estavam disciplinadas na Portaria nº 23/2013/DPRF, que instituiu o planejamento orçamentário para o exercício de 2013.

Importante ressaltar que em nenhum dos três períodos informados esta regional alcançou o limite de gastos, obtendo inclusive economia apesar de efeitos aumentativos de consumo como a reforma do CTNE e as obras relativas as delegacias de Icó/CE e Milagres/CE.

Esta economia de recursos dar-se-á muito em virtude de uma política de acompanhamento destas despesas visando não apenas manter os limites estipulados pelo Departamento, mas também conseguir trabalhar com eficiência no trato com a coisa pública. Foram realizados serviços de conserto, manutenção e substituição de bombas d'água, visando economia de água, substituição de aparelhos de ar condicionado antigos por aparelhos com tecnologia mais avançada em economia de energia, ações estas que podem ser demonstradas no quadro abaixo, onde o consumo não só foi mantido nos patamares dos anos anteriores como também houve economicidade.

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa				Ano de Adesão		Resultados
NÃO HOUVE A ADESÃO A PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	-	-	-	14.989,50	12.455,10	17.099,40
Água	-	-	-	33.318,30	23.557,65	12.117,33
Energia Elétrica	-	-	-	390.857,65	437.717,64	437.830,37
			Total	439.165,45	473.730,39	467.047,10

Fonte: SIAFI OPERACIONAL e Núcleo de Almojarifado e Patrimônio

8.3 Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água

A UJ trabalha no sentido de racionalização da utilização de recursos como papel, energia elétrica e água. Ações visando este objetivo foram realizadas no exercício de referência tais como:

1. Foi encaminhado pelo Superintendente um Memorando a todas as áreas determinando que os monitores, aparelhos de ar condicionado e lâmpadas fossem desligados durante o horário de almoço, ou quando a sala não estiver sendo utilizada por algum motivo;
2. Estímulo à impressão em frente e verso de documentos, inclusive em processos;
3. Estímulo à utilização do e-mail, inclusive como forma de comunicação oficial;

4. Foi feita uma Comissão de Desfazimento de Bens de Material de Consumo, e aqueles considerados inservíveis foram doados a uma instituição de reciclagem, com a devida autorização da EMLURB (Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização);
5. Continuação da política de substituição das centrais de ar condicionado antigas por aparelhos split, aquisição de bebedouros e TVs com tecnologia mais eficiente no consumo de energia;
6. Foi prorrogado o contrato de *outsourcing*, pelo qual as impressoras são fornecidas por uma empresa contratada, que se responsabiliza pela recuperação, coleta e destinação final dos cartuchos vazios.

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

A informação deste tópico está estruturada em dois demonstrativos. A primeira relativa a deliberações do TCU atendidas pela UJ e a segunda refere-se às deliberações pendentes até o final do exercício.

Por tratar-se de uma unidade desconcentrada do DPRF, a UJ não trabalha diretamente com dados relacionados aos quadros A.9.1.1 e A.9.1.2. Deliberações do TCU, normalmente são tratadas pelo controle interno do DPRF, e as recomendações referentes a ações atinentes a atividades desta regional são encaminhadas pelo controle interno, passando a fazer parte do Plano de Providências, passando a serem discutidas e comunicadas às áreas envolvidas.

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

A informação está estruturada em dois demonstrativos visando conhecer as providências adotadas pela UJ no tratamento de recomendações feitas pelo OCI (órgão de controle interno) a que a unidade se vincula.

O primeiro demonstrativo é relacionado com as recomendações do OCI atendidas pela UJ no exercício de referencia do relatório, independente do exercício em que se originaram, enquanto o segundo refere-se às recomendações que permanecem pendentes de atendimento até o final do exercício de referencia do relatório.

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

O Quadro A.9.2.1, Relatório de cumprimento das recomendações do OCI é o constante abaixo.

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
16a Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal - Ceará				2822
Recomendações do OCI				
Recomendações Expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
1	201109071	18	Ofício 31.332/13	11/10/2013
2	201109071	30	Ofício 31.332/13	11/10/2013
3	201109071	31	Ofício 31.332/13	11/10/2013
4	201109071	36	Ofício 31.332/13	11/10/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação				Código SIORG
16a SRPRF-CE				2822
Descrição da Recomendação				
Permanência de empenhos inscritos em RP referente a exercícios anteriores sem que existam obrigações a pagar pela UJ.				
Inscrição de notas de empenho de 2010 em Restos a Pagar não processados sem atender às hipóteses do Art.35 Dec.93.872/86.				
Fragilidade nos controles internos relativos à execução do contrato de abastecimento de combustível.				
Incluir procedimentos de adoção de critérios de sustentabilidade ambiental em licitações.				
Providências Adotadas				
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG

NUOFI/CE
NUOFI/CE
SAF/CE
CPL/CE
Síntese da Providência Adotada
Recomendação atendida. Após realizada análise e gestões junto aos fiscais e áreas afins foram cancelados ou regularizados os RP.
Recomendação atendida. Foram adotados os critérios do Art.35 do Dec.93.872/86 na inscrição e manutenção de RP.
Recomendação atendida. Dado o encerramento do contrato, foi plenamente regularizada a situação, diante da nova contratação.
Recomendação atendida. Foram adotados os critérios de sustentabilidade previstos no Dec.8.940/2006.
Síntese dos Resultados Obtidos
Após regularização da questão dos RP foi adotado procedimento de acompanhamento gradual visando novas reinscrições.

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

O quadro abaixo remete às justificativas para o não atendimento ou atendimento parcial às recomendações do OCI.

QUADRO A.9.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
16a Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal - Ceará			2822
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109071	35	Ofício 31.332/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
16a Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal - Ceará			2822
Descrição da Recomendação			
Fragilidade dos controles internos relativos às informações contidas no SPIUnet sobre imóveis de responsabilidade da Unidade.			
Providências Adotadas			Código SIORG
Setor Responsável pela Implementação			

NUPAT/CE
Justificativa para o seu não Cumprimento
A recomendação foi atendida parcialmente. Existe uma dificuldade operacional no sentido de realização de reavaliação de imóveis, porém, a situação estava sendo contornada e a recomendação estará atendida neste exercício.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Incluir informações no SPIUnet, assim como realizar avaliação de bens imóveis é um procedimento extremamente complexo e que requer medidas que muitas vezes não depende apenas da UJ para resolução completa.

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A UJ ainda não possui unidade de auditoria interna em sua própria estrutura, por ser uma unidade desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Atualmente o órgão central de controle interno no qual a UJ está vinculada é a Secretaria de Controle interno – Órgão da CGU/PR, que possui atribuições advindas da própria carta da república. A UJ conta também com órgão de controle interno do Ministério da Justiça e do DPRF. Importante salientar que está sendo aprovada nova estrutura para os órgãos que compõem o DPRF, sendo que nesta está contemplado um órgão de controle interno vinculado ao Núcleo de Apoio Técnico, o que representa um ganho importante no que diz respeito ao acompanhamento e nas iniciativas de controle para a UJ.

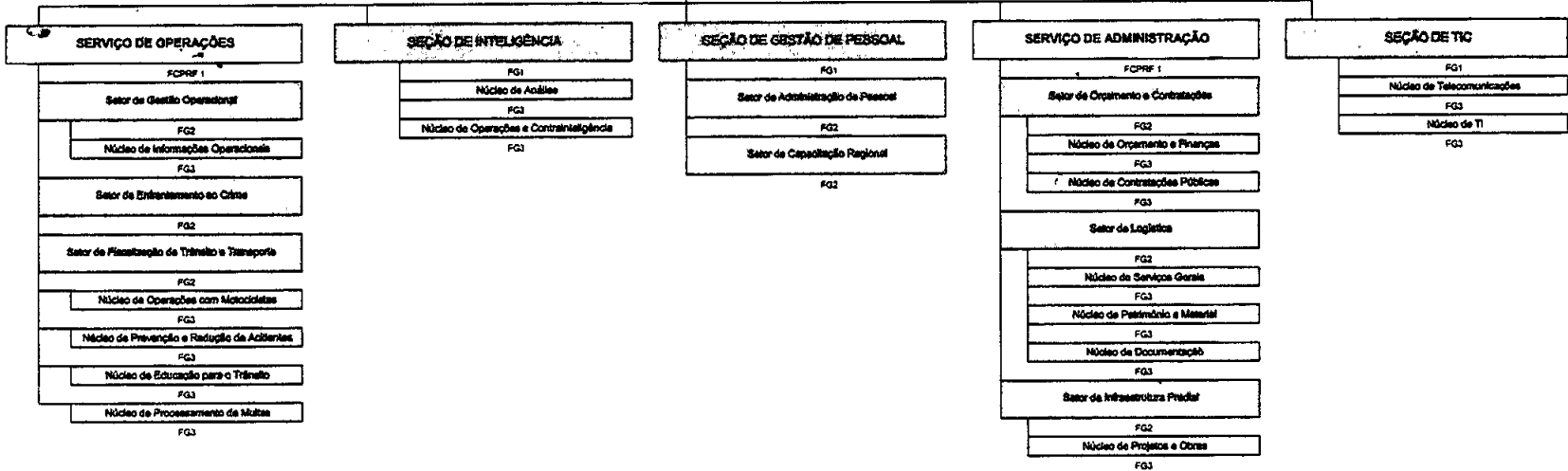
O posicionamento do órgão de controle interno no novo organograma ficará conforme abaixo:

TIPO B
14 ESTADOS

DELEGACIAS

GABINETE
FG1

Núcleo de Comunicação Social
FG3
Núcleo de Apoio Técnico e Controle Interno
FG3



Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
FG3 - Núcleo	17	0,12	2,04
FG2 - Setor	8	0,18	1,20
FG4 - Setor	4	0,20	0,80
FCPRF 1 (DAS 101.1 - Serviço)	2	1,00	2,00
FCPRF 3 (DAS 101.3 - Contratação)	0	1,27	0,00
DAS 101.3 (Serviço - Contratação)	1	1,91	1,91
DAS 101.3 (Serviço - Contratação)	0	1,91	0,00
DAS 101.3 (Serviço - Contratação)	0	3,23	0,00
DAS 101.3 (Serviço - Contratação)	0	4,25	0,00
DAS 101.3 (Serviço - Contratação)	0	3,23	0,00
TOTAL	32		7,85

Tipologia	Valor Total
FG3 - Núcleo	28,58
FG2 - Setor	16,80
FG4 - Setor	11,20
FCPRF 1 (DAS 101.1 - Serviço)	28,00
FCPRF 3 (DAS 101.3 - Contratação)	0,00
DAS 101.3 (Serviço - Contratação)	28,74
DAS 101.3 (Serviço - Contratação)	0,00
DAS 101.3 (Serviço - Contratação)	0,00
DAS 101.3 (Serviço - Contratação)	0,00
DAS 101.3 (Serviço - Contratação)	0,00
DAS 101.3 (Serviço - Contratação)	0,00
TOTAL	111,32

Pode ser depreendido da análise dos quadros A.9.2.1 e A.9.2.2 que existe um esforço da alta gerência no sentido de implementação tempestiva e atenta aos aspectos legais no atendimento de todas as recomendações advindas nos órgãos de controle.

Visando o atendimento das diversas recomendações, emissão de relatórios de gestão, prestação de contas, advindos dos diversos órgãos de fiscalização e auditoria, foi criado o PPP – Plano de Providências Permanente, no sentido de servir de controle concomitante, atendendo as recomendações assim como auxiliando na prevenção de inconsistências de caráter legal, técnico, operacional ou administrativo. O plano em tela foi estruturado a nível de UJ e sua aplicação, como o próprio nome sugere, é permanente.

Todas as solicitações de providências encaminhadas formalmente são recebidas pelo Gabinete com assistência direta do Núcleo de Apoio Técnico e após análise e conhecimento pelo dirigente maior da unidade, então, são distribuídos aos diversos setores responsáveis pela implementação das ações de atendimento das recomendações.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Demonstração do atendimento da exigência legal em comento está demonstrada no preenchimento do quadro A.9.4.1 abaixo.

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	9	1	28
	Entregaram a DBR	9	1	28
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SRH/CE

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

- Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR;**

Notificação para apresentação no prazo legal. Para tanto, utilizamos os prazos previstos na Lei nº 9.784/99, seguido de encaminhamento à área correicional para apuração, na hipótese do não atendimento.

- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR;**

Seção de Recursos Humanos.

- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento;**

Não há.

- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá;**

Por meio físico (papel).

- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida;**

Não há.

- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações.**

Arquivado nas pastas funcionais, cujo acesso é restrito aos servidores lotados na Seção de Recursos Humanos.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

As medidas em caso de Dano ao Erário estão demonstradas no Quadro A.9.5 abaixo.

Na UJ os casos de Dano ao Erário com valores até o máximo admitido para a dispensa de licitação, são iniciados no NUPAT – Núcleo de Patrimônio e Materiais visando a adoção de procedimentos administrativos de ressarcimento de bens. Questões de maior monta e complexidade processual são encaminhados a Corregedoria Geral para apuração de responsabilidade do agente público.

QUADRO A.9.5 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais						
	Não instauradas			Instauradas			
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU			
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
5	5	0	0	0	0	0	0

* Especificar razões

No exercício de referência do Relatório de Gestão foram iniciados 05 (cinco) processos de ressarcimento de dano ao erário dos quais 01 (hum) já foi efetivamente pago, 01 (hum) já está com acordo assinado para pagamento e 03 (três) estão em outras fases processuais.

Salientamos que o tramite é iniciado no Núcleo de Patrimônio com a autuação do TCA e em caso de acordo e o valor do bem não ultrapasse ao valor relativo à dispensa de licitação o processo é enviado ao RH para desconto em folha de pagamento. Após o desconto, o processo segue para baixa no patrimônio. Em caso de desacordo ou apuração de valores maiores que a dispensa, será encaminhado à Corregedoria. Importante ressaltar que os procedimentos são baseados na IN N° 04/2009 – CGU/PR.

Vale salientar de pronto que todas as ocorrências do exercício de referência do relatório em questão encontram-se dentre as hipóteses de dispensa em razão do disposto no Art.6 da IN TCU 71/2012.

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV**DECLARAÇÃO**

Eu, **WALDIR DIAS JÚNIOR**, Chefe Substituto da SAF, gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas, CPF nº 384.696.852-87, policial rodoviário federal, exercido na **16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Ceará**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Fortaleza, 31 de março de 2014.

WALDIR DIAS JÚNIOR

384.696.852-87

16ª SRPRF/CE

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

O principal canal de acesso do cidadão à unidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões é feito através do número de emergência 191. A ligação pode ser realizada pelo sistema de telefonia fixa ou móvel, a qualquer horário, funcionando ininterruptamente, sendo direcionada e atendida por uma equipa de policiais rodoviários federais capacitados para prover e solucionar da melhor forma possível a demanda.

Além desse canal, a unidade também oferta ao cidadão, dentro de sua estrutura, núcleos compostos por servidores efetivos e terceirizados que analisam e tratam diretamente as questões propostas. O primeiro deles, citemos o balcão de recepção. Situado na sala de entrada, a unidade é responsável pelo atendimento inicial ao público, dirimindo dúvidas e encaminhando o cidadão ao setor específico à matéria apresentada.

Também se incluem no relacionamento com a sociedade a Seção de Corregedoria Regional, a Seção de Policiamento e Fiscalização, o Núcleo de Assuntos Internos, o Núcleo de Multas e Penalidades, o Núcleo de Registros de Acidentes e Medicina Rodoviária, todos, na sua área, aptos e voltados a atender o cidadão.

Outro canal importante faz parte do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, o e-SIC permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação pelo portal virtual e obtenha a resposta através do e-mail cadastrado. Esse serviço, de incontestável benefício e comodidade, foi implantado pela unidade na segunda metade do ano passado através da disponibilização de dois servidores para atuar, em conjunto com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nas questões relacionadas à Lei de Acesso à Informação.

Enfim, é constante a preocupação da unidade em atender com presteza e eficácia a sociedade. Porém, embora os canais citados sejam contínua e intensamente utilizados pela população, a unidade não dispõe, até o momento, de mecanismos para aferir estatisticamente o atendimento das demandas.

10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

A unidade, tomada individualmente, não possui mecanismos para mensurar a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes de sua atuação. O exame é feito a nível global, sendo dirigido pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal. O papel da unidade, nesse mecanismo, está em executar as pesquisas na linha planejada e desenvolvida pela sede, em Brasília. Nesse sentido, no ano de 2013, foi realizada uma pesquisa de segurança rodoviária junto aos usuários das rodovias federais, para conhecimento de questões voltadas à percepção de segurança, vitimização, satisfação e imagem corporativa.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

Conforme comentado no subtópico anterior, a unidade não realiza, individualmente, pesquisas junto à sociedade, atuando sempre em conjunto com as demais regionais que compõem o órgão, sob a direção do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, restando, assim, prejudicado este item.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público		
Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos		
Denominação completa (UJ)	Código da UG	
16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal	200112	
1. Aplicação, pela UJ, dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10		
a) NBC T 16.9		
<p>A referida norma estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão, apurados sobre os valores dos bens componentes do Ativo Imobilizado, Intangível e Investimentos, integrantes do grupo Não-Circulante do Balanço Patrimonial de entidades do setor público.</p> <p>Em complemento a esta norma, foram observados os procedimentos de análises contábeis estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, onde consta uma padronização mínima das depreciações a serem efetuadas, conforme a Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Dessa forma, as análises levadas a efeito revelaram que a Unidade Gestora não efetuou adequadamente as depreciações, amortizações e exaustões, cujas disfunções foram objeto de registro de conformidade contábil com restrição (código 106) no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, nas seguintes contas contábeis:</p> <ul style="list-style-type: none">• 14.212.06.00 – Aparelhos e Equipamentos de Comunicação• 14.212.28.00 – Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial• 14.212.35.00 – Equipamentos de Processamentos de Dados• 14.212.52.00 – Veículos de Tração Mecânica		
b) NBC T 16.10		
<p>A citada norma define critérios e procedimentos para avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.</p> <p>As análises evidenciaram o que segue:</p> <p>b.1) Disponibilidades – caracterizadas pelos valores depositados na Conta Única do Tesouro Nacional, em operações internas (nacionais), pelo valor de cada operação. Foram identificados os seguintes recursos disponíveis por fonte (conta contábil 19.329.02.00):</p>		
FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
150	Recursos oriundos de cancelamento de saldo, em 28/04/2011, em	3.776,92

	obediência ao Decreto nº 7.418 de 31/12/2010.	
300	Recursos oriundos de cancelamento de Restos a Pagar Bloqueado, inscritos nos exercícios de 2005 e 2006, em decorrência de expiração do prazo de validade constante no Decreto nº 6.625 de 31/10/08.	4.406,69

b.2) Créditos e Dívidas – os direitos, títulos e créditos foram registrados pelo valor original, em consonância com o disposto na norma sob comento.

Inexiste saldo de Créditos a Receber (conta contábil 11.216.01.00) nesta Unidade Gestora.

As Obrigações em Circulação (dívidas) descritas Balanço Patrimonial retratam, em sua maior parte (99,82%), os Restos a Pagar não Processados a Liquidar.

b.3) Estoques – Os materiais em estoque desta Unidade Gestora apresentaram conformidade em 2012 com os registros contábeis na conta 11.318.01.00 – Material de Consumo, os quais foram mensurados pelo valor de aquisição.

b.4) Investimentos permanentes – Inexistem registros de participações em empresas e em consórcios público ou público-privado avaliados pelo método de equivalência patrimonial na Unidade Gestora sob análise.

b.5) Imobilizado – Os bens patrimoniais imóveis desta Unidade Gestora não estão devidamente atualizados no sistema Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet da Secretaria de Patrimônio da União- SPU.

Os bens patrimoniais móveis, acompanhados mediante o Relatório Mensal de Bens Móveis – RMB, emitidos por esta Unidade Gestora, estão em conformidade com os registros contábeis e com as normas afins.

A Unidade Gestora apresentou bens móveis em trânsito, durante 2012, devidamente acompanhados pelo setor de Patrimônio, registrados pelo valor de aquisição.

b.6) Intangível – A Unidade Gestora possui registros contábeis na conta 14.440.00.00 – Concessão Dir. Uso de Comunicação, mensurados pelo valor de aquisição; no entanto, não foram efetuados os registros de amortização desses bens em 2012.

b.7) Diferido – O item 35 da referida NBC T não se aplica à Unidade Gestora.

b.8) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável – a Unidade Gestora não procedeu adequadamente à reavaliação de bens no período sob análise, logo, não atendeu às orientações constantes nesta norma. Esse fato motivou o registro de conformidade contábil com restrição (código 115) em 2012.

2. Justificativas da UG pelo descumprimento do disposto na alíneas “a”, “b.5” e “b.8”

Os registros contábeis referentes à reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão não foram efetuados, cujas disfunções foram objeto de registro de conformidade contábil com restrição em 2012, demonstradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

3. Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ

De acordo com o Demonstrativo de Variações Patrimoniais da Unidade Gestora, não houve impacto no resultado, uma vez que não foram efetuados os registros de depreciação, amortização, exaustão, de reavaliação e redução a valor recuperável em 2012.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.2 Declaração com Ressalva



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
16ª SUPERINTEND. DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		200112	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, NBC T 16.9 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/2008 e NBC T 16.10 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 606 - SALDO ALONGADO INDEVIDO CONTAS TRANS. ATIVO CIRCULANTE; b) 634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS; c) 642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVOS IMOBILIZADO; d) 674 - SALDO ALONGADO INDEVIDO CONTAS TRANSIT. PASSIVO CIRCULANTE.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	22 de janeiro de 2014
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC n.º	DF - 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONT/DP/PROG/SE/MJ
Coordenador

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A unidade trabalhou com o escopo precípua de melhor prover seu fim social. Os resultados puderam ser sentidos por meio da diminuição geral dos indicadores da atividade operacional, conforme apresentado no item 2: Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados. Em suma, verificou-se que a quantidade de acidentes a cada um milhão de veículos diminuiu 0,43% em 2013, o que foi um resultado excepcional, levando-se em conta que a redução em 2012 já havia sido significativa, na proporção de 9,65%. A proporção de mortos também caiu 8,6% em 2013. A título comparativo, a redução em 2012 foi de 3,07%.

Pode-se verificar que todos os indicadores foram melhorados, desde a quantidade de procedimentos de fiscalização (autos de infração, veículos, CNH e CRLV recolhidos), prisões, inclusive por alcoolemia, apreensões de drogas, cigarro, medicamentos, armas de fogo, animais silvestres, armas de fogo, etc. Também aumentou a quantidade de veículos recuperados.

Embora os resultados tenham sido satisfatórios e dentro dos objetivos planejados, muito ainda precisa ser feito. E para conquistarmos um pouco mais no ano de 2014, algumas ações necessitarão ser desenvolvidas a fim de mitigar as dificuldades encontradas no decorrer do ano de 2013.

Em relação à falta de efetivo, estamos aguardando o resultado de um concurso para 1.200 PRFs, que, atualmente, encontra-se na fase de curso de formação profissional. Infelizmente, esta quantidade não é suficiente para suprir a deficiência que será causada pela aposentadoria de grande parte do efetivo desta regional, que completará tempo de serviço a partir de julho de 2014.

Além disto, a realização do concurso de agentes administrativos, já autorizado pelo MPOG deverá trazer pessoas especializadas ao desempenho das atividades administrativas, possibilitando aos PRFs que estão atuando na atividade meio, por necessidade do serviço, a exercerem suas atividades finalísticas.

No que tange às capacitações, 2014 será um ano difícil em razão da necessidade de formação do efetivo de 1.200 PRFs, além do que boa parte dos policiais estará engajada nos trabalhos inerentes aos Grandes Eventos, tais como Copa do Mundo e encontro do BRICs (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que acontecerá em julho, na cidade de Fortaleza).